



UNIVERSIDADE  
EDUARDO  
MONDLANE

Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

# **ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DA SANZONALIDADE NO PARQUE NACIONAL DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO**

Juvêncio Alfredo Chihame

Inhambane, 2024

**Juvêncio Alfredo Chihame**

**ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA SANZONALIDADE NO PARQUE NACIONAL  
DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO**

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Animação Turística.

Supervisor MSc.: Samuel Júnior

Inhambane, 2024

### **Declaração**

Declaro que o presente trabalho de fim de curso é fruto da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas, não contendo nenhum plágio e que nunca foi apresentado para a obtenção de qualquer grau nesta Universidade, Escola ou em qualquer outra instituição.

Assinatura

---

(Juvêncio Alfredo Chiname)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Juvêncio Alfredo Chihame**

**ESTRATÉGIA DE GESTÃO DA SANZONALIDADE NO PARQUE NACIONAL  
DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO.**

Monografia apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Animação Turística.

Inhambane, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Grau e Nome completo do Presidente

\_\_\_\_\_

Rúbrica

\_\_\_\_\_

Grau e Nome completo do Supervisor

\_\_\_\_\_

Rúbrica

\_\_\_\_\_

Grau e Nome completo do Oponente

\_\_\_\_\_

Rúbrica

\_\_\_\_\_

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais Alexandre Nicotorro e Amina Falcão, minha avó Albertina Mateus, meus tios João Nhanala, Maia Falcão, Sandra Falcão e meus irmãos, minha sobrinha Ariadne e a toda minha Família que têm sido o meu suporte e apoio em todos os momentos da minha vida.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela vida, saúde e persistência para comigo durante todo o período da minha formação, pois reconheço que nada seria possível Sem a sua bênção, força e perseverança.

Em segundo lugar agradeço ao meu supervisor e docente Samuel Júnior pela dedicação e paciência durante o processo de formação e bem como na elaboração do presente trabalho de pesquisa, aos meus pais (Amina castigo Falcão e Alexandre Nicotorro), a minha Avó (Albertina Mateus) por me terem trazido ao mundo, bem como por investirem na minha formação e acreditarem em mim incondicionalmente. Aos meus Irmãos (Abiute, Caslen, Francisco, Inês, Ariadne e pristila), tios (João Nhanala, Sandra Falcão, Maia Falcão), primos, amigos (Elton Inácio) e toda a família que directa e indirectamente contribuíram para o meu crescimento como pessoa e como académico.,

Agradeço à escola superior de hotelaria e turismo de Inhambane por tornar possível a minha formação e me permitir alcançar o presente grau académico de Licenciatura em Animacao Turistica. Não obstante agradeço aos docentes da ESHTI pela dedicação, empenho e partilha dos conhecimentos que permitiram-me tornar um profissional de turismo de excelência. Agradeço ainda aos meus colegas do curso Animação Turística 2020, em especial aos colegas (Zaqueu, Helton, Samuel, Teresa, Dalton, Olaida, Anatórcia Vidal, Natércia, Cristiano, Venância, Edna, Cecília, Assucena, Ilda, cacilda, Florinda, Cidia, Zaliha, Sónia) e bem como aos amigos da AMODEFA, Elton Inácio, Dércia, Rasson, Aníbal, Noel, Nelson, Angelina, Laurinda, Narcia, Obed, Ferdinando, Preselina, Marleny, Benedito, Valter, Dorca.

Agradeço ao PNAB por aceitar receber-me e moldar-me por forma a tornar-me um profissional de turismo de excelência, em especial agradeço ao dr. Ilídio Wamusse, dr. Leonel Moiane, dr. Taquidir, dr.Lucas, Parbato, Neusa, e ao sector técnico (Cambeu, Rachid, Santos, Regina, Calistro, Xadrique, Guambe, António e Cleusia).

O meu muito obrigado a  
TODOS.

## Resumo

A sazonalidade turística configura-se como sendo os desníveis na procura de serviços e productos turísticos durante diferentes épocas e ao longo do ano, segmentando as épocas em alta, média e baixa. A pesquisa tem como objectivo central Avaliar as estratégias de gestão da sazonalidade no PNAB, não obstante a motivação para o estudo do tema, é da necessidade de cautelar o rumo do turismo no PNAB face às oscilações na procura turística em determinadas épocas, identificando formas de gestão da sazonalidade, tendo como caso concreto as oscilações no PNAB. Procurando compreender as alterações do comportamento do consumidor face a demanda. Portanto pretendem-se avaliar estratégias de gestão da sazonalidade turística em prol da sustentabilidade e equilíbrio do fluxo turístico do PNAB. Relativamente a abordagem metodológica a pesquisa caracteriza-se como pesquisa qualitativa. Quanto aos objectivos, classifica-se como pesquisa exploratória sendo que, foram usados os métodos descritivos, explicativos e estatísticos para a análise e redacção dos dados colectados através de procedimentos técnicos como revisão bibliográfica; preparação do trabalho de campo; recolha de dados; análise interpretação e tratamento de dados, elaboração do relatório final através de guião de entrevista e observação. Baseando-se nas potencialidades turísticas do PNAB foi possível, identificar que os tipos de turismo oferecido no destino são: ecoturismo, turismo de sol e praia, cultura, estudos e turismo de negócios, verificou-se a existência sazonalidade neste destino a sazonalidade, causados por vários factores, tendo como o principal factor para este fenómeno o natural. Quanto as estratégias de gestão, as principais estratégias usadas são: Marketing, exposições e, feiras de turismo e redução de preços na época baixa.

**Palavras-chave:** Sazonalidade turística, oscilações, fluxo turístico, produto, *marketing*.

## INDÍCE

<i>Folha de Rosto</i> .....	<i>i</i>
<i>Declaração</i> .....	<i>ii</i>
<i>Folha de Avaliação</i> .....	<i>iii</i>
<i>Dedicatória</i> .....	<i>iv</i>
<i>Agradecimentos</i> .....	<i>v</i>
<i>Resumo</i> .....	<i>vi</i>
<i>Lista de abreviaturas e siglas</i> .....	<i>ix</i>
<i>Lista de Figuras</i> .....	<i>x</i>
<i>Lista de Quadros</i> .....	<i>xi</i>
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Enquadramento .....	1
1.2. Problema .....	3
1.3. Justificativa .....	3
1.4. Objectivos .....	4
1.4.1. Geral.....	4
1.4.2. Objectivos específicos.....	4
1.5. Metodologia .....	5
1.5.1. Tipo de pesquisa.....	5
1.5.3. Métodos, Instrumentos e técnicas utilizadas na pesquisa.....	7
2.1. Turismo .....	8
2.2. Sazonalidade Turística .....	11
2.3. Causas da Sazonalidade Turística .....	12
2.4. Consequências da Sazonalidade nos Destinos Turísticos .....	13
2.5. Estratégias Para a gestão da Sazonalidade nos Destinos Turísticos.....	15
CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADO .....	17
3.1. Enquadramento territorial do PNAB .....	17
3.2. Descrição geral da área de estudo .....	18

3.2.1. Circulação Hídrica e Oceânica .....	18
3.2.2. Geomorfologia .....	20
3.2.3. Solos .....	20
3.2.4. Vegetação e Habitats Naturais .....	21
3.2.5. Fauna .....	21
3.2.6. População .....	25
3.2.7. Recursos Culturais.....	26
3.2.8. Aspectos Sociais Relevantes .....	27
3.2.9. Aspectos Económicos Relevantes .....	28
3.2.10. Aspectos Ambientais Relevantes .....	29
3.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....	32
3.3.1.1. Turismo no PNAB.....	32
3.3.1.2. Empreendimentos turísticos existentes no PNAB .....	36
3.3.1.3. Proveniência, motivações e preferências dos visitantes do PNAB .....	37
3.3.2. Sazonalidade do turismo no PNAB.....	39
3.3.2.2. Consequências da Sazonalidade turística no PNAB .....	43
3.3.3. Estratégias de gestão da sazonalidade turística no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto.....	44
CAPITULO IV: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES .....	47
4.1. Conclusão.....	47
4.2. Recomendações.....	49
CAPITULO V: REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	50
APÊNDICES.....	56

**Lista de abreviaturas e siglas**

**ACM-** Área de Conservação Marinha

**AMODEFA-** Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família

**ANAC-** Administração Nacional das Áreas de Conservação

**ESHTI-** Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**FACIM-** Feira Internacional de Maputo

**FAO-** *Food and Agriculture Organization*

**PIT-** Ponto de informação Turística

**PNAB-** Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto

**PM-** Plano de Maneio

**SADC-** Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral

**SASOL-** *South África Synthetic Oil Liquid*

**USDA-** Departamento da Agricultura dos Estados Unidos

**Lista de Figuras**

Figura 1 -Localização geográfica do Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto, Província de Inhambane, Sul de Moçambique .....	17
Figura 2- recursos turísticos do PNAB.....	23
Figura 3- Espécies de animais observados durante as patrulhas .....	24
Figura 4- Espécies observadas durante a patrulha no PNAB .....	25
Figura 5: Distribuição percentual da população no PNAB por ilha. ....	26
Figura 6- actividades de ecoturismo .....	33
Figura 7-oficina de barcos de Sitone e momento de celebração do campeonato .....	33
Figura 8- troca de experiencia entre os fiscais e o estagiário e campanha de sensibilização sobre importância da preservação .....	34
Figura 9- turismo de sol e praia .....	35
Figura 10: Análise comparativa de chegadas no PNAB .....	40
Figura 11: análise comparativa de resultados.....	41
Figura 14: PNAB no INDABA e FACIM 2023 .....	44

**Lista de Quadros**

<b>Quadro 1:</b> Factores que causam a sazonalidade nos destinos turísticos .....	13
<b>Quadro2:</b> Estratégias para a mitigação da sazonalidade turística .....	16
<b>Quadro 3:</b> Recursos de interesse turístico do PNAB .....	24
<b>Quadro 4:</b> Taxas de Acesso e Utilização dos Recursos e Atractivos do PNAB .....	36



## **CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO**

### **1.1. Enquadramento**

De acordo com Martins & Machado (2020), o turismo é um dos mais importantes sectores da actividade económica, pois estabelece interdependências com o domínio político, social e ambiental. Turismo é visto em muitos países emergentes como uma alternativa estratégica para alavancar o desenvolvimento económico e social (VIGNATI, 2012), e, surge actualmente como uma das actividades económicas mais importante e que tal como os demais sectores de actividades económicas é afectada negativamente por vários aspectos, tais como a insegurança dos destinos, as calamidades naturais (chuvas, secas, ciclones, tempestades, etc.), crises internacionais (elevado custo de vida dos destinos, insegurança política, etc.) entre muitos outros, que influenciam directa ou indirectamente no desenvolvimento do turismo nos destinos, fazendo com que existam períodos do ano em que alguns destinos registem uma baixa acentuada do número de turistas que o visitam, e outros períodos de maior procura (sazonalidade turística).

O turismo em Moçambique é uma actividade anterior à independência (PEDTM, 2004; FIAS, 2006; NHANTUMBO, 2009; AZEVEDO, 2014), tendo Moçambique sido um dos primeiros destinos turísticos da África Austral, particularmente para os portugueses, sul-africanos e zimbabueanos, visto que as áreas de conservação e as infra-estruturas turísticas já existiam, mas também turistas domésticos e provenientes de outros países, que visitavam, principalmente o Parque Nacional de Gorongosa.

Identificar as causas específicas de sazonalidade em cada localidade auxilia a focar os esforços de maneira a reduzir as oscilações das épocas. Conhecendo os efeitos dessa época sazonal torna-se necessário não somente para o planeamento, como também para todas empresas e organizações envolvidas no processo turístico de modo a permitir que concentrem esforços para tentar fazer com que a distribuição da demanda turística ocorra de forma homogénea e regular durante o ano, (SCHEUER e BAHL, 2011). Para o caso do PNAB torna-se ainda mais importante estudar as implicações deste fenómeno, pelo facto do destino estar inteiramente vinculado ao turismo de Sol e Praia, o que em épocas de inverno tem gerado a baixa procura deste destino, e é neste contexto que o presente trabalho pretende compreender as estratégias utilizadas para a gestão da

sazonalidade turística no PNAB. Para tal, o trabalho encontra-se organizado em 5 capítulos principais:

Capítulo I Introdução: Capítulo II: Revisão da Literatura, Capítulo III: Apresentação dos resultados: Capítulo IV: Conclusões e Recomendações; Capítulo V: são apresentadas as referências bibliográficas que facilitaram a elaboração deste trabalho.

## **1.2. Problema**

De acordo com Pinto (2018), o turismo é apresentado como um sector capaz de promover a aceleração económica e o desenvolvimento nas áreas social, cultural e ambiental, no entanto, de acordo com Patrícia Henz (2014) “a opção pelo crescimento por meio do turismo é mais complexa do que parece, pois, além de ser uma actividade multissetorial, traz, com o seu desenvolvimento, a problemática da sazonalidade”. Este fenómeno um dos problemas mais comuns no turismo, enfrentado tanto em países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento.

Segundo Mota (2001, p.98) “independentemente da variável, a ocorrência da sazonalidade turística, produz consequências em diversos níveis: gera desemprego, falência de microempresas, queda no facturamento de empresas turísticas, alteração no sistema de gestão compromete a qualidade no atendimento, modifica a política promocional do produto turístico, altera preços, exige maior flexibilidade administrativa”.

Em face das consequências que a sazonalidade turística traz para os destinos, existe a necessidade de se adoptar estratégias com vista a combater ou reduzir este fenómeno no PNAB, enquanto destino turístico. Neste sentido, a questão que se coloca é: Quais são as estratégias usada para a gestão da sazonalidade no PNAB

## **1.3. Justificativa**

A sazonalidade é um fenómeno característico da actividade turística, caracterizada consequentemente pelos desequilíbrios que se registam anualmente na distribuição dos movimentos turísticos nos destinos, provocando desajustes entre a procura e a oferta, (ANDATE,2018).

Para Bahl e Scheuer (2004) citado por Andate (2018), a sazonalidade turística é decorrente da concentração das actividades turísticas no espaço e no tempo. Com maior ou menor intensidade, são declaradamente conhecidas as oscilações do mercado turístico ao longo do ano, a partir das quais se definem diferentes temporadas para um empreendimento turístico – épocas alta, baixa e média. É precisamente a estes padrões bem estabelecidos de variação da procura que se refere o conceito de sazonalidade,

habitualmente expressa pelo número de visitantes ou turistas e pela receita resultante da sua actividade. (JANG, 2004; LEE *ET AL.*, 2008)

O PNAB é um destino turístico bastante esbelto, sublime e detentor de vários recursos, atractivos e potencialidades turísticas naturais e culturais que estão à disposição para o consumo local e nacional, bem como turístico além-fronteiras, porém o forte do turismo deste PNAB é restrito apenas ao turismo de sol e praia, não havendo muita diversificação na oferta.

Em reconhecimento dos desafios enfrentados para a solidificação do turismo no PNAB, imergiu-me preocupação de buscar avaliar de que maneira o sector do turismo tem se reinventado em diferentes épocas do ano ou seja, avaliar estratégias usadas para a gestão da sazonalidade turística no PNAB.

O estudo poderá ser uma mais-valia para os diferentes agentes do turismo (instituições publicas e privadas), para além de que, no nosso entender, a presente pesquisa poderá arrolar uma serie de factores causadores da sazonalidade, consequência e bem como as estratégias usadas, o que poderá ser útil para pesquisas posteriores sobre a temática e também poderá ser um guião para medidas correctivas por parte dos operadores turísticos e para os gestores do PNAB, cenário este que pode contribuir para galvanizar o turismo do PNAB. Gerando mais divisas advindas do turismo, que poderão gerar melhoria nas condições de vida da comunidade local e aliviar a pressão dos recursos naturais, preservando a biodiversidade.

## **1.4.Objectivos**

### **1.4.1. Geral**

- Avaliar as estratégias usadas para a gestão da sazonalidade turística no PNAB

### **1.4.2. Objectivos específicos**

1. Caracterizar o tipo de turismo oferecido no PNAB
2. Identificar as causas da sazonalidade turística no PNAB
3. Descrever as estratégias adoptadas para gestão da sazonalidade turística no PNAB e propor novas estratégias.

## **1.5. Metodologia**

De acordo com Bruyne (1991), metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto a uma metrologia ou tecnologia da medida dos factos científicos ou por outras, a metodologia segundo o mesmo autor deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos na produção dos resultados.

Metodologia é a maneira concreta como se realiza a busca de conhecimento” (Dencker, 1998, p. 18); na sequência “(...) pesquisa é o procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos factos ou dados, relações ou leis no campo actual do conhecimento humano” (Ander-Egg, 1978, p. 28 *in* Schlüter, 2003, p. 27)

### **1.5.1. Tipo de pesquisa**

A abordagem metodológica que caracteriza a presente pesquisa é conhecida como pesquisa qualitativa. Dencker (2002), citado por Andate (2018), afirma que a “pesquisa qualitativa visa compreender ou interpretar processos de forma complexa e contextualizada e caracteriza-se como um plano aberto e flexível”.

Relativamente aos objectivos da pesquisa, a mesma classifica-se como sendo Exploratória, pois Segundo Gil (2002) As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

### **1.5.2. Fases da pesquisa**

A presente pesquisa teve o seu decorrer durante 9 meses, de Outubro de 2023 a Junho de 2024, onde a mesma obedeceu alguns procedimentos técnicos para o alcance dos resultados esperados, foram desenvolvidas cinco etapas metodológicas: (1) Revisão bibliográfica; (2) Preparação do trabalho de campo; (3) Recolha de dados; (4) Análise, interpretação e tratamento de dados e, (5) Elaboração do relatório final

### **1ª Fase: Revisão bibliográfica**

Esta fase foi caracterizada pela consulta de material já elaborado em livros e artigos científicos que abordam sobre o tema em análise. Ainda nesta fase, foi feita a consulta de documentos, que é visto por (DENCKER, 2002), citado por Andate (2018), como a consulta de materiais que ainda não receberam tratamento analítico. O uso das fontes bibliográficas e documentais foi importante para a definição dos passos a seguir, bem como para a elaboração dos instrumentos de pesquisa adoptando durante a recolha de dados e bem como durante as outras fases do trabalho até a elaboração do relatório final.

### **2ª Fase: preparação do trabalho de campo**

O processo de preparação do trabalho de campo, foi marcado pela selecção das técnicas onde destacaram-se pesquisa bibliográfica, observação, e instrumento de recolha de dados como guiões de entrevistas dirigidos aos grupos focais (Comunidade Local, Operadores Turísticos, DIPICULTURI e o PNAB), onde a pesquisa centrou-se mais nos guiões de entrevista para coleta de dados junto dos técnicos e investigadores da área do turismo bem como da comunidade residente no PNAB com ligação na actividade turística, a fim de se perceber efectivamente que estratégia de combate a sazonalidade é usada por estes agentes do turismo, com o intuito de identificar e seleccionar as informações necessárias para a pesquisa.

### **3ª Fase: Análise e tratamento dos dados**

Após a obtenção de todos os dados para a pesquisa passou-se à fase de análise e tratamento das informações, onde os mesmos foram realizados com o auxílio a pacotes informáticos como a ferramenta do *Microsoft Office Word e Microsoft Office Excel*

### **4ª Fase: Elaboração do relatório final**

Chegada à esta fase, procedeu-se com a composição do trabalho final que constitui o relatório da pesquisa, trabalho este que respeitou o vertido no Regulamento de Culminação de Curso da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, atendendo que o regulamento em causa, aplica-se à elaboração e avaliação de trabalhos de fim do curso, mediante a apresentação de um corpo unificado de normas (ANDATE, 2018).

### 1.5.3. Métodos, Instrumentos e técnicas utilizadas na pesquisa

A presente etapa caracteriza-se pelo uso de instrumentos e métodos para recolha de dados relevantes para a materialização e efectivação da pesquisa, pelo que foi empregue como instrumento de recolha de dados três guiões de entrevistas destinadas as instituições públicas e privadas que actuam no sector do turismo no PNAB, bem como a Comunidade Local e a observação directa, de forma a se auferir que estratégias são usadas para a gestão da sazonalidade no PNAB.

### 1.5.4. Definição da amostra

Para Pinto e Curto (1999) citado por Andate (2018) a amostra é um subconjunto de indivíduos duma população, isto é, um segmento de indivíduos com uma ou mais características em comum.

Segundo Gil (2008) citado por Mutoa (2018) nas pesquisas sociais é muito importante trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Na presente Pesquisa foi usada a amostragem não probabilística ou por conveniência, que de acordo com Gil (1999) citado por Mutoa (2018), é uma técnica que consiste em seleccionar uma parte da população que seja acessível, ou seja, os indivíduos empregados nessa pesquisa são seleccionados porque eles estão prontamente disponíveis, não por meio de um critério estatístico. Assim sendo foram definidos dois grupos de amostras:

Grupo 1 - Agentes do turismo do PNAB: neste grupo da amostra foram entrevistados técnicos especialistas do sector do turismo do PNAB, fiscais do PNAB, gestores de empreendimentos turísticos, operadores turísticos do PNAB e membros da comunidade residente no PNAB com ligação com o turismo ou que se julga, possuírem considerável experiência sobre a temática desta investigação.

<b>Fontes de informação</b>	<b>Quantidade</b>
Técnicos especialistas do sector do turismo do PNAB	6
Gestores de empreendimentos	2
Fiscais do PNAB, 2 gestores de empreendimentos	14
Operadores turísticos do PNAB	6
Comunidade Local	20
<b>Total</b>	<b>48</b>

**Grupo 2** - órgão que tutela o turismo da Província (DEPICULTURI), no presente grupo da amostra foi entrevistado 1 técnico da Direcção Provincial da Cultura e Turismo de Inhambane.

## **CAPÍTULO II - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Este capítulo tem por objectivo apresentar as principais ideias relacionadas com sazonalidade no sector do turismo.

### **2.1. Turismo**

A OMT define o sector do turismo como terceiro sector exportador mundial, apenas ultrapassado pelas indústrias petrolíferas e automóvel. De acordo com Barreto (2003) o turismo combina uma amplitude de actividades económicas serviços designados para atender às necessidades dos turistas.

Quando se fala de turismo, percebe-se como sendo, o conjunto de relações e fenómenos produzidos através da deslocação de pessoas para fora do seu lugar de residência habitual, motivado por um conjunto de actividades não lucrativas, num período de permanência superior a 24 horas (OMT, 2003).

Em Moçambique, o turismo é definido na Lei do Turismo (Moçambique, 2004, p. 5) como um “conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a turistas”. Barreto (2006) refere que os elementos mais importantes da grande maioria das definições em torno do turismo, são o tempo de permanência, o carácter não lucrativo da visita e um elemento pouco explorado pelos autores, a procura do prazer por parte dos turistas.

Assim, o conceito que suporta o trabalho é o apresentado pela OMT (2003) por englobar os aspectos referidos por vários autores e também, por determinar o tempo de permanência e a motivação, pois não é só o facto de viajar para um outro lugar com um propósito qualquer, que se diz que estamos perante a uma actividade turística, é fundamental que se respeite o período já estabelecido e se tome atenção para a motivação da viagem.

### **Tipos de turismo**

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planeamento, gestão e mercado.

As definições ora apresentadas fundamentam-se no conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial de Turismo - OMT, compreende “as actividades que as pessoas realizam durante

viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Segundo a OMT (2001), a partir da oferta, a segmentação a define os seguintes tipos de turismo: ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de sol e praia, turismo de estudo ou intercâmbio, turismo de negócios, turismo social e eventos, turismo de saúde

#### ➤ **Ecoturismo**

O Ecoturismo é um segmento do turismo que pressupõe o uso sustentável dos atrativos turísticos. O conceito de sustentabilidade, embora de difícil delimitação, refere-se ao “desenvolvimento capaz de atender às necessidades da geração atual sem comprometer os recursos para a satisfação das gerações futuras”. Em uma abordagem mais ampla, visa promover a harmonia dos seres humanos entre si e com a natureza. Utilizar o patrimônio natural e cultural de forma sustentável representa a promoção de um turismo “ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas

#### ➤ **Turismo Rural**

É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade

#### ➤ **Turismo de Aventura**

O conceito de turismo de aventura fundamenta-se em aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista, e pressupõem o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre os praticantes e com o ambiente. Nesse contexto, define-se que turismo de aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo

➤ **Turismo de Sol e Praia**

Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

➤ **Turismo de Estudos e Intercâmbio**

Constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional

➤ **Turismo Cultural**

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura

➤ **Turismo de Negócios e Eventos**

Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.

➤ **Turismo social**

O Código Mundial de Ética do Turismo dispõe que o Turismo Social tem “por finalidade promover um turismo responsável, sustentável e acessível a todos, no exercício do direito que qualquer pessoa tem de utilizar seu tempo livre em lazer ou viagens e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos”.

Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão.

➤ **Turismo de Saúde**

Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos

## 2.2. Sazonalidade Turística

Sazonalidade traduz-se pela oscilação da procura ao longo do ano, provocando uma maior afluência em determinados meses. No caso do turismo, conceito centra-se na melhor época para visitar e usufruir de determinada localidade (PATRÍCIA HENZET AL., 2014)

Para entender a origem da palavra, sazonalidade: Bander, Schumacher e Stein (2005) citados por De Lamarte Leite (2016) destacam que a palavra season, traduzida do inglês para o português como temporada, é original do termo francês saison, que representa a época ideal ou favorita.

Baron é considerado o primeiro autor a publicar um estudo sobre esta temática, publicação esta que datou de 1975, e intitulado *Seasonality in Tourism – A Guide of the Analysis of Seasonality and Trends for Policy Making*.

Baron (1975), um dos autores mais referenciados no turismo em estudos sobre sazonalidade afirma que, a sazonalidade, é um desequilíbrio temporal no fenómeno do turismo, que pode ser expresso em dimensões como número de visitantes, as despesas geradas por eles, o tráfego nas rodovias e demais meios de transporte bem como o número de empregos gerados em atractivos/serviços turísticos.

Na óptica de Cunha (2001), a sazonalidade turística pode ser definida como sendo a desigual distribuição temporal dos movimentos turísticos ao longo do ano, o que se reflecte na diferente intensidade das entradas de estrangeiros, das dormidas na hotelaria e no tráfego dos meios de transporte.

Para Allcock (1995) citado por Koenig-Lewis e Bischoff (2005), a principal característica da sazonalidade é a concentração do fluxo de turistas num determinado período do ano, definição que vai de encontro da definição de Baron (1975), que afirma que sazonalidade é uma flutuação que ocorre todos os anos, todos os meses quando há crescimento de um determinado segmento de mercado, quando há mudanças nas políticas de férias ou quando há entrada de novos mercado sou novos destinos competitivos.

Com base nas diferentes abordagens, percebe-se que a sazonalidade turística é um fenómeno caracterizado pelas oscilações na demanda turística em determinadas épocas

ou períodos ao longo do ano, onde nestas épocas é notória a abundância da oferta dos produtos e serviços turísticos, esta situação dá-se maioritariamente por influência dos viários e diferentes factores, conforme podemos observar do ponto a seguir.

### **2.3. Causas da Sazonalidade Turística**

Os factores explicativos da concentração da procura (denominada sazonalidade) variam de destino para destino de acordo com aspectos como a sua localização geográfica, origens dos turistas, recursos e elementos de atractividade dos destinos (BUTLER e MAO, 1996). Existem portanto, factores comuns que poderão justificar a sazonalidade na maioria dos destinos, tal como se apresenta no quadro 1. Este quadro categoriza as causas de acordo com autores que visualizam e estudam a sazonalidade num âmbito internacional, colocando as causas da sazonalidade em categorias.

De acordo com Pimentel (2009), as causas naturais estão associadas às variações climáticas, tais como, as estações do ano, a temperatura, as horas de luz, entre outras. Já as causas institucionais, são formadas pela combinação dos factores culturais, religiosos, éticos e sociais.

Os diferentes calendários na sociedade acabam por ser responsáveis pelo aumento de fluxos turísticos específicos em determinadas épocas do ano. (PATRÍCIA HENZ ET AL, 2014), As datas religiosas e de relevância nacional e internacional conseguem mover um grande número de pessoas como, por exemplo, as visitas ao santuário de Fátima, eventos desportivos e festivais. Eventos em épocas específicas do ano, tais como o Natal e férias de Verão, são também factores de variações. De acordo com Pimentel (2009), os factores que determinam a sazonalidade podem ainda ser divididos em factores push e pull”. Ainda de acordo com Pimentel (2009), os factores push influenciam na tomada da decisão pelo turista no seu local de residência, como, por exemplo, a tradição, o clima, estabilidade financeira, entre outras. Já os factores pull influenciam na escolha do destino, como por exemplo, o clima do destino, época de desporto e eventos.

Os factores anteriormente referenciados podem ocorrer simultaneamente, o que significa que não são independentes entre si, mas esta separação auxilia no conhecimento do local de geração do factor, possibilitando assim o desenvolvimento de estratégias eficazes por parte da oferta. É importante evidenciar que a sazonalidade

turística ocorre na procura, ou seja, a procura é sazonal dependendo de diversas causas, no entanto, os efeitos reflectem-se na oferta turística.

**Quadro 1: Factores que causam a sazonalidade nos destinos turísticos**

<b>Autor</b>	<b>Factores</b>	<b>Descrição</b>
Montejano (2001)	Políticos	Guerras e violência, situações burocráticas.
	Mercadológicos	Concorrência; moda; baixa segmentação de produtos.
	Geográficos	Localização geográfica do destino
Sebrae (2006)	Económicos	Câmbio; renda; mais poder de compra com aumento de fluxo turístico; crise financeira com redução de fluxo turístico no destino.
	Sociais e culturais	Hábitos, valores culturais e rotina do viajante.
	Comportamentais	Motivações pessoais que impulsionam a viagem (gosto e <i>hobby</i> ).
Marcussen (2011)	Naturais	Clima, variações de temperatura, horas de sol ou níveis de chuva e neve
	Institucionais	Promoção de eventos contínuos em épocas festivas, feriados e necessidade do lazer.

**Fonte:** Nhambe (2019)

#### **2.4. Consequências da Sazonalidade nos Destinos Turísticos**

Com o entendimento dos tipos e causas da sazonalidade, torna-se importante investigar as suas possíveis consequências. Assim, as consequências da sazonalidade podem ser agrupadas em três categorias: Económica, Social e Ambiental.

“Estas categorias podem reduzir ou aumentar a concentração sazonal das actividades turísticas, como as estratégias de diferenciação dos preços dos serviços turísticos, as tarifas aéreas com valores diferentes para cada época e também as promoções realizadas pelo comércio após a época natalícia” (E. PIMENTEL, 2009).

Segundo Mota (2001), quando há alto fluxo de turistas ocorre inflação no núcleo receptor, aumento da prostituição e da degradação do meio ambiente. Portanto, havendo baixo fluxo, há desemprego, queda da facturação das empresas turísticas, que provoca o comprometimento da qualidade do atendimento e gera alteração nas promoções e nos preços dos produtos turísticos.

Conforme Mota (2001), a sazonalidade turística produz consequências em diversos níveis: gera desemprego, mortalidade em microempresas, queda no faturamento de empresas turísticas, alteração no sistema de gestão, compromete a qualidade no atendimento, modifica a política promocional do produto turístico, altera preços, exige maior flexibilidade administrativa. Dessa forma, a sazonalidade é algo muito mais complexo e seu estudo pode identificar os impactos e problemas para racionalizar soluções cabíveis em cada situação ou comunidade receptor.

Para além das consequências referidas anteriormente a sazonalidade, também interfere na comunidade local, pois influencia o período de emprego que tende a ser de natureza cíclica (AGIUS e BRIGUGLIO, 2021) podendo inclusive interferir na precarização do trabalho. Afinal, conforme Andriotis (2005) existe um "desperdício" inerente em contratar novos colaboradores por um período temporário, investir neles e perder esse investimento no final da época turística, que muitas vezes compreende apenas uma estação do ano. A sazonalidade nos períodos de alta, também influencia negativamente na distribuição hídrica, na pressão sobre o meio ambiente receptor, no acúmulo de lixo, e no congestionamento (AMELUNG, NICHOLLS e VINER, 2007). Oposto a isto, é importante ressaltar que, para alguns autores, a sazonalidade pode ter alguns aspectos positivos, como preservar o modo de vida do local receptor (GUIDETT, PEDRINI e ZAMPARINI, 2021) e também aliviar o stress devido à grande demanda dos operadores locais (AGIUS e BRIGUGLIO, 2021).

“ Os impactos da sazonalidade dependem da localização do destino e da localização da empresa turística dentro de um destino, reflectindo, em parte, a variedade de condições físicas e da natureza dos atracões.” (CANNAS, 2012: 45).

Na perspectiva de Kastenholtz e Almeida (2008), as variações de procura e os períodos de fraca actividade, dificultam a retenção de quadros profissionais, predominando o recurso a trabalhadores temporários, estagiários e colaboradores sazonais. Os autores,

defendem que, a dificuldade no recrutamento de profissionais qualificados condiciona a manutenção de um serviço de qualidade, acabando por inibir a experiência dos visitantes e lesar a sua satisfação.

No que toca aos impactos positivos que ocorrem na época alta de turismo são destacados por Nunes e Platt (2013) nomeadamente: a demanda turística aumenta nos destinos turístico favorecendo a eficiência no consumo de produtos e serviços (ocupação completa de quartos e camas); maior produção e produtividade e muita geração de renda nas empresas devido ao maior consumo de serviços; abrem-se possibilidades na criação de empregos sazonais directos ligados as empresas turísticas; possibilidade na venda de produtos nas comunidades anfitriãs (agrícolas, pescueiros e artesanais); crescimento de divisas nas empresas estatais, impulsiona na convivência social e intercâmbio cultural entre a comunidade acolhedora e visitantes.

As consequências económicas referem-se, essencialmente, aos períodos de épocas baixas, pela perda de lucro devido ao ineficiente uso dos recursos turísticos.

Os impactos sociais e socioculturais relacionam-se com a comunidade local e com os turistas. Na época de alta concentração de turistas os impactos podem estar relacionados a congestionamentos, filas para os serviços e a saturação da infra-estrutura local, o que pode levar a uma diminuição da qualidade de vida dos residentes.

## **2.5. Estratégias Para a gestão da Sazonalidade nos Destinos Turísticos**

Se, por um lado, as causas da sazonalidade estão habitualmente fora do controlo dos agentes e operadores turísticos, a sua previsibilidade permite antecipar estratégias e desenvolver mecanismos que reduzam o seu impacto. Não obstante da dificuldade de erradicação da sazonalidade, conhecem-se já algumas abordagens ao desafio das flutuações de mercado e redução dos seus efeitos nefastos, não só ao nível político mas sobretudo de marketing estratégico e operacional (GUERRA, 2002: 16) Na perspectiva do cliente, embora com uma fronteira muito ténue, as reflexões apontam para a importância da diversificação de mercado e produto.

De acordo com Jang (2004), Kastenholz e Almeida (2008), Lee *et al.* (2008), as práticas mais comuns tendem a centrar-se na organização de eventos e festas. São várias as formas adoptadas em práticas de turismo de eventos, através do qual se promove um ajuntamento, quase que instantâneo, associado a interesses diversos, como sejam o desporto, cultura ou religião, (CANNAS, 2012). Paralelamente, do ponto de vista

empresarial, distinguem-se medidas internas, nomeadamente ao nível de planeamento financeiro e ajuste dos recursos ao movimento esperado – como o trabalho temporário e o encerramento de serviços não utilizados<sup>3</sup> – e medidas direccionadas para o exterior, tais como estratégias de marketing e políticas de preço ou o desenvolvimento de serviços complementares. Ao nível local, é de referir a importância das parcerias com outros agentes e/ou operadores turísticos, para expansão do projecto e maximização da experiência proporcionada ao cliente. (JANG, 2004; LEE *ET AL.*, 2008; CANNAS, 2012).

### **Quadro 2: Estratégias para a mitigação da sazonalidade turística**

<b>Autor</b>	<b>Estratégias para a mitigação da sazonalidade turística</b>
Connel, Page e Meyer (2015)	Inovações de produtos e diversificação de mercados
Pegg; Patterson e Gariddo (2012).	Estudo e segmentação do mercado para perceber as necessidades do cliente
Lee <i>et al</i> (2008)	Diversificação de produto para diferentes épocas do ano
Cannas (2012)	Organização e promoção de eventos e festas na época baixa, através da qual se promove um conjunto de actividades tais como: o desporto, cultura ou religião.
Comissão Europeia (1993)	As instituições e empresas devem oferecer pacotes turísticos nas férias grandes com períodos mais curtos, para época baixa ou época intermédia; Promover o turismo desportivo nas épocas baixas
Wittet <i>al</i> (1991)	Diferenciação dos preços e a influência da decisão política nas épocas do ano.
Almeida e Kastenholz, (s.d)	Os destinos devem avaliar as motivações de visita e consumo diferenciadas em cada época, para além da percepção das causas/ constrangimentos de visita em determinadas alturas do ano; Diversificação do <i>mix</i> de produto;

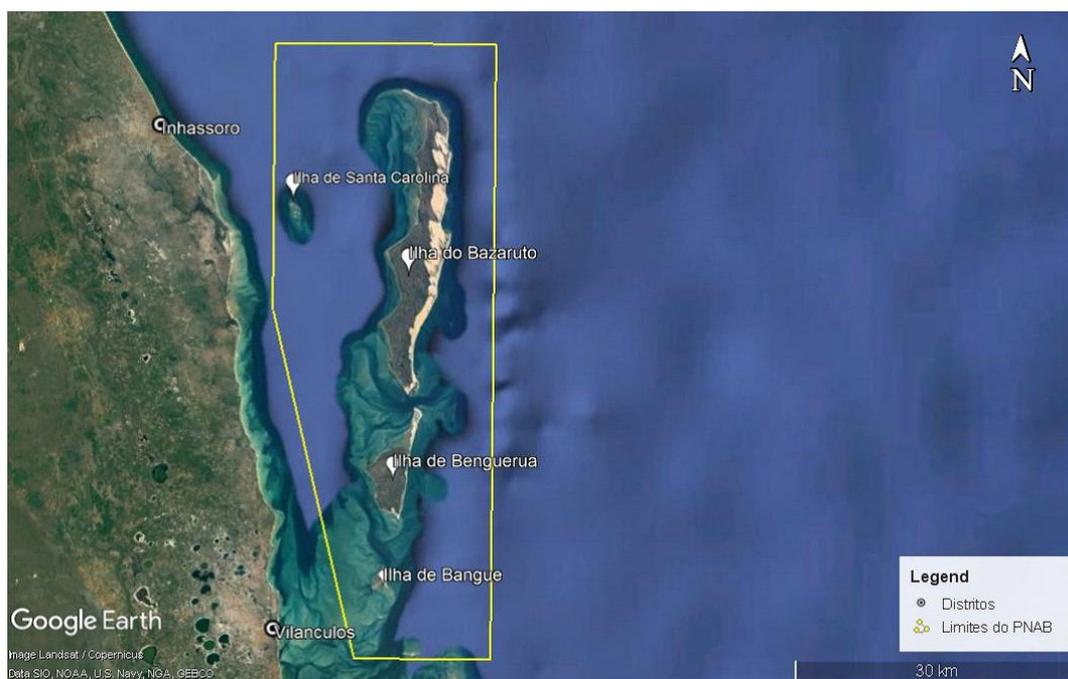
**Fonte:** Nhambe (2019)

### CAPITULO III: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADO

O presente capítulo será marcado pela breve apresentação do local da pesquisa (PNAB), onde far-se-á descrição sobre as características socio-demográficas, económicas, biofísicas (bióticas e abióticas), paisagens, ambientais, histórico-culturais, arqueológicas, etc. Ainda neste capítulo será feita a apresentação dos dados e das conclusões obtidas com a execução da pesquisa em relação ao tema em alusão.

#### 3.1. Enquadramento territorial do PNAB

O PNAB está localizado a Norte do Trópico de Capricórnio, entre as latitudes 21°27'30 e 22°02'55 Sul e as longitudes 35°19'01 e 35°32'30 Este, a cerca de 20 km da costa, entre os distritos de Vilanculo e Inhassoro, na Província de Inhambane, Sul de Moçambique (EVERETT *ET AL.*, 2008; ANAC, 2016). O PNAB possui uma área de 1 430 km<sup>2</sup>, e inclui as cinco ilhas que compõem o arquipélago, nomeadamente: Bazaruto (120 km<sup>2</sup>), Benguérua (25 km<sup>2</sup>), Magaruque (6 km<sup>2</sup>), Santa Carolina (5 km<sup>2</sup>) e Bangué (0.5 km<sup>2</sup>), e incluindo a sua componente marinha (EVERETT *ET AL.*, 2008; ANAC, 2016).



**Figura 1** -Localização geográfica do Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto, Província de Inhambane, Sul de Moçambique

**Fonte:** (Adaptado do Google Earth 2019).

De acordo com o Decreto no. 39/2001 citador por Díaz p; Luís; Mafambissa, et al, (2016), e em função das coordenadas geográficas, considerando a proposta do Plano de

manejo anterior, a Zona Tampão Marinha (32.850 ha), que actualmente está muito confinada à área directamente relacionada com os serviços do Arquipélago, o que permitirá dar maior suporte aos ecossistemas costeiro – marinhos existentes do lado oceânico do PNAB e a sua melhor preservação, em especial à proposta de ACM com categoria de manejo do tipo Reserva Natural Integral que corre desde Ponta Dom Carlos até *Two Mile Reef*, terminando em Ponta Dundo (Ilha do Bazaruto) com uma superfície marinha de 10.533 há.

### **3.2. Descrição geral da área de estudo**

O PNAB é, sem dúvida, uma das maiores histórias de sucesso das ACMs de Moçambique. Além de uma biodiversidade rica de distintos habitats naturais, é a terra de uma população que é sustentada pelos recursos do próprio arquipélago, enquanto os turistas se deslocam em grandes números para as ilhas de avião e em navios cruzeiros, atraídos pela beleza natural do arquipélago e duma rica vida marinha. (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, et al, 2016).

A precipitação na região é dominada por dois sistemas climáticos, nomeadamente, o Sistema de Anticiclones do Oceano Índico da região de ventos de -SE- desde o Sul do *Zambeze*, com a queda de chuvas associada à passagem de baixas pressões; e a ponta Sul do Sistema de Monções do Este de África (Dutton e Zolho, 1990). A precipitação é altamente variável, tanto anualmente (típico da zona tropical) como de uma forma inter-anual. Os meses de maior precipitação são de Dezembro a Março (109.9 mm a 191.3 mm), enquanto que os meses mais secos acontecem entre Julho e Setembro. A média total registada na região é geralmente inferior a 26 mm. O Arquipélago é muito propenso a ciclones. A época de ciclones na região vai de Dezembro a Março.

#### **3.2.1. Circulação Hídrica e Oceânica**

O arquipélago de Bazaruto situa-se na plataforma continental de Moçambique, é semifechada, de águas pouco profundas, a profundidade média é de cerca de -10 m. A zona Sul é completamente rasa, não apresentando nenhuma curva bati métrica e é praticamente impossível de navegar, excepto na preia-mar da maré viva (MALAUENE, 2005). Neste arquipélago, a profundidade é muito irregular, definindo uma série de canais profundos e bancos de areia. Podem ser consideradas duas bacias nesta baía, uma a Norte da *Ilha de Santa Carolina* e a outra no centro da baía, entre as *Ilhas do Bazaruto* e *Benguérua*. Estas duas bacias e os canais constituem as áreas mais profundas na baía. As bacias a Sul e a Norte apresentam profundidades máximas entre -24 e -33 m

respectivamente (ERM E CONSULTEC, 2006) citado por (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, ET AL, 2016).

O sistema de circulação do Canal de Moçambique governa em grande medida o fluxo de água ao longo da Baía do Bazaruto. A corrente marinha adjacente ao Arquipélago do Bazaruto é fortemente influenciada pela circulação geral do canal de Moçambique (ERM E CONSULTEC, 2006) citado por (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, ET AL, 2016). Segundo Malauene (2005) distinguem-se duas massas de água na Baía do Bazaruto: oceânica e costeira. A massa de água oceânica apresenta temperaturas e salinidades relativamente baixas e encontra-se localizada a Norte e Este da baía. A massa de água costeira tem temperaturas e salinidades relativamente elevadas, situada no lado Oeste e Sul da baía.

O Arquipélago do Bazaruto é constituído por uma série de lagoas que se formam nas encostas das dunas, na sua parte ocidental. Estas lagoas interiores formam um importante ecossistema e habitats para muitas espécies animais e vegetais. As principais lagoas: *Mbite*, *Nhassasse*, *Lengué*, *Maubué*, *Manuvubué*, *Quinqué* e *Nhamuaré* ficam na ilha do Bazaruto, concentradas na zona centro-sul, na Ilha de Benguérua existem duas lagoas principais - *Zivane* e *Bomopomo*. A qualidade das suas águas varia bastante, e provavelmente estará ligada ao grau de interacção com o lençol freático subjacente de água salgada. A água subterrânea, por ser relativamente de melhor qualidade, é a fonte de abastecimento de água preferida no arquipélago.

Segundo Austral-Rani (2003) citado por Díaz p; Luís; Mafambissa, et al, (2016), apesar de haver uma reserva estimada de cerca de 3 milhões m<sup>3</sup> de água nestas lagoas, o maior volume reside na lagoa *Lengué*. No entanto a lagoa de *Maúbué* não só detêm a maior superfície, mas também a maior profundidade. Um aspecto importante que limita a potencialidade do uso do recurso é o facto de grande parte da água ser imprópria para o consumo devido ao alto teor de sais dissolvidas. Por duas Nenhuma lagoa possui água com qualidade para o consumo de acordo com as Normas de Qualidade da Água do MISAU (Índice de Sais não superior a 1.000 mg/L).

### 3.2.2. Geomorfologia

O Arquipélago do Bazaruto é considerado como sendo uma ilha barreira (Cooper e Pilkey, 2002; e Armitage et al., 2006) citado por Díaz p; Luís; Mafambissa, et al, (2016), resultante do empilhamento de várias pulsações dunares, cuja areia teve origem em depósitos costeiros provenientes do Oceano Índico. Distinguem-se três unidades principais no arquipélago: *dunas antigas, cordão dunar oceânico e formações costeiras recentes*.

A formação das ilhas deste arquipélago acontecem durante um período estável do nível do mar, mas em diferentes períodos geológicos, tendo provavelmente emergido por um processo dinâmico das ondas e transporte dos sedimentos que ainda hoje continua. Este acréscimo de areia superficial vem originar a formação de dunas que no Arquipélago estão alinhadas com acção predominante dos ventos. Segundo a REIA - Sazol 2006, na formação das ilhas do Arquipélago do Bazaruto, estiveram envolvidos dois estágios principais:

- O primeiro estágio aparenta ter acontecido há aproximadamente 120.000 anos. Durante este estágio, deu-se a formação da Ilha de Santa Carolina (a mais antiga do Arquipélago); e
- As ilhas foram subsequentemente modificadas por condições modernas. Elas constituíam, provavelmente, um corpo arenoso contínuo ligado à costa a sul, que subsequentemente se foi quebrando devido, em particular, à acção severa dos ciclones tropicais e correntes fortes do Índico.

A ilha de Bangué, ao Sul, aparenta ter tido uma origem diferente uma vez que surgiu pela acção das ondas a qual causou a emergência de uma parte do delta inundado. Esta ilha apenas formou-se após o surgimento da cadeia principal das ilhas, sendo, por isso, Bangué a ilha mais recente com aproximadamente cerca de 3.000 à 4.000 anos de existência.

### 3.2.3. Solos

Em geral todo o arquipélago é classificado como tendo solos de baixa aptidão para a agricultura intensiva com as limitantes de fertilidade baixa e falta de capacidade de retenção da água. De acordo com a classificação da FAO, o grupo de solos é classificado como Arenosos, o solo cai na classe de uso apropriado para

desenvolvimento de florestas com limitações na fertilidade e textura. (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, ET AL, 2016).

### 3.2.4. Vegetação e Habitats Naturais

Díaz ; Luís; Mafambissa, et al, (2016) identifica cerca de 7 habitats terrestres, mas para um estudo mais detalhado é necessário um número maior de classes e propõe-se que nos próximos estudos no arquipélago se diferenciem os seguintes: Pradaria de Savana; Vegetação Herbácea dos Pântanos; Mata Perene das Dunas; Vegetação das Dunas Secundárias; Brenha de Matagal; Matagal dos Pântanos; Floresta de *Dialium schlecttheri* e *Julbernadia*; Brenhas na Base das Dunas; Vegetação Pioneira nas Dunas Primárias; Mangais; Vegetação das Salinas; Praias e Dunas Descobertas; e Lagoas Interiores. Três ecossistemas são considerados importantes dentro deste tema no âmbito do PNAB: Terras Húmidas, as Dunas e as Savanas. (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, et al , 2016).

### 3.2.5. Fauna

As aves constituem o grupo mais estudado da fauna terrestre neste arquipélago (também a mais referenciada em estudos). Os mamíferos e os répteis (estes últimos ainda pouco referidos na bibliografia) são os outros grupos onde já existe alguma informação no PNAB. A maioria das espécies terrestres ocorre em todas as categorias de zoneamento propostas. A maior parte das espécies (não-introduzidas) gozam de um regime de protecção. Duma Revisão Bibliográfica compilou-se uma lista de espécies que foram encontradas no PNAB. Em relação aos mamíferos terrestres, não estão registadas ainda espécies endémicas em nenhuma ilha do arquipélago. Dos estudos realizados entre 2003 a 2006 houve registo das seguintes espécies: Cabrito vermelho (*Cephalophus natalensis*); Cabrito cinzento (*Sylvicapra grimmia*); Suni (*Neotragus moschatus*), semelhante ao cabrito cinzento; Gerboa peluda das dunas (*Gerbillurus tytonis*); *Galago senegalensis*; Macaco simango (*Cercopithecus mitis*); e Macaco de cara preta (*Cercopithecus aethiops*). (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, et al , 2016).

Com respeito aos anfíbios e répteis, se incluem todas as cinco espécies de tartarugas marinhas, o crocodilo e todas as espécies de anfíbios e lagartos. Os estudos de maior detalhe nesta área são de Broadley , 1990 e 1992 citados por Dawns, 1997. Cerca de 42 espécies terrestres foram encontradas em Bazaruto, 32 em Benguérua, 7 em Santa Carolina e 9 em Magaruque. Três répteis são endémicos do Bazaruto: *Lygosoma lanceolatum*; *Scellottis duttoni* e *Zygaspis longicauda*. Três subespécies de répteis são

endêmicas do arquipélago: *Scelotes Arenicola insularis*, *Typhlosaurus aurantiacus bazarutoensis* e *Typhlosaurus aurantiacus carolinensis* (todos de Broadley). (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, et al , 2016).

Por outro lado, todas as espécies de aves, excepto as aves exóticas, têm um *status* de protecção. Cerca de 186 espécies de aves aquáticas e terrestres de pequeno e grande porte foram identificados no Parque. O Parque representa um importante ponto de escala para as aves migratórias.

De acordo com Dias (2005) citado por Díaz p; Luís; Mafambissa, et al, (2016), os tapetes de ervas marinhas cobrem cerca de 88 Km<sup>2</sup> das zonas inter-marés e sub-marés até a profundidade de 5 m. Embora as ervas marinhas possam ocorrer até profundidades de 10 m, a sua extensão até essa profundidade não foi quantificada. Adicionalmente, várias zonas não foram estudadas, especialmente junto as Ilhas de Benguérua e Magaruque, o que deixa prever que a extensão dos tapetes de ervas marinhas no PNAB seja superior a 88 Km<sup>2</sup>.

Nove espécies de ervas marinhas foram identificadas na zona (Mafambissa, 2002; Dias, 2005; Findlay *et. al.*, 2006) nomeadamente: *Thalassondendron ciliatum*, *Cymodocea rotundata*, *Cymodocea serrulata*, *Thalassia hemprinchii*, *Syringodium isoetifolium* *Halodule uninervis*, *Halodule wrightii* (família Cymodoceaceae), *Halophila ovalis* (Hydrocharitaceae) e *Nanozostera capensis* (Zosteraceae).

Dos recifes de corais, em termos de distribuição e biodiversidade, não se conhece a área por eles ocupada no PNAB, porém existe informação básica sobre a sua distribuição. Estes ocorrem principalmente na costa oriental da ilha do Bazaruto (desde a ponta Norte até o recife “*Two mile reef*”, sendo que alguns recifes ocorrem dentro da baía do Bazaruto). Fora dos limites do PNAB ocorre um grande número de recifes (Zona Norte e Ocidental), que são importantes para a actividade pesqueira. Schleyer e Celliers (2005) listaram 29 espécies de corais moles, 99 espécies de corais duros e 2 de corais de fogo (Apêndices). Destas, salientam-se, em termos de diversidade, as famílias Acroporidae (26 espécies, sendo 18 do género *Acropora*), Alcyoniidae (23 espécies), Faviidae (21 espécies) e Poritidae (10 espécies).

O PNAB apresenta uma elevada diversidade ictiológica. Um total de 210 espécies de peixes de recife foram identificados, sendo as famílias Labridae, Pomacentridae, Chaetodontidae e Acanthuridae as mais representadas. Os resultados dos Censos Ictiológicos realizados no âmbito das monitorias anuais mostram que os herbívoros das famílias Acanthuridae e Scaridae são dominantes nos dois recifes monitorados.

O PNAB foi criado devido a sua importância para os ecossistemas costeiro e marinho na manutenção do balanço ecológico e da biodiversidade marinha e terrestre no arquipélago, vários são os aspectos que tornam o PNAB competitivo e único dentro do mercado de turismo, nomeadamente:

- Possui relevo com beleza peculiar caracterizado por possuir dunas imensas em áreas de florestas, lagoas e junto as praias.
- Possui mamíferos marinhos (dugongos, golfinhos, baleias, e outros mamíferos) que beneficiam da combinação de águas pouco profundas, da disponibilidade de nutrientes e do lugar pitoresco.



**Figura 2-** recursos turísticos do PNAB

**Fonte:** PNAB

A tabela abaixo ilustra as vantagens das quais o PNAB dispõe comparativamente aos outros destinos turísticos.

### Quadro 3: Recursos de interesse turístico do PNAB

Categoria/ Tipo de recurso		Subtipo de recurso
Naturais	Fauna	Raias manta, tubarão baleia, golfinhos, tartarugas, dugongos e diversas espécies de peixes e pássaros, crocodilos, cabrito vermelho, cabrito cinzento, macaco simango, jibóia, lagartos
	Flora	Vegetação mista, arbórea e arbustiva com estrato herbáceo abundante, floresta dunar e grandes áreas de mangais.
	Paisagem/ Geral	<i>Ilhas:</i> Benguera, Bangue, Bazaruto, Santa Carolina, Magaruque. Arqueológicos insulares (estações de escavações arqueológicas)
Artificiais/ Humanos	Folclore; dança; bandas; hábitos e costumes; etc.	<i>Religião:</i> Zione e Velhos Apóstolos <i>Hábitos culturais:</i> Lobolo, poligamia, patriarcado, <i>Gastronomia:</i> Matapa, Mapalo bacalhau. <i>Bebidas tradicionais:</i> Utxema, Tontonto, Malcuado.

**Fonte:** Elaboração própria, inspirado por Benjamim (2016) com base em Azevedo (2014) inspirado por Barreto (2003)

De acordo com o relatório Anual do PNAB (2023), no ano de 2022 foram feitas observações abaixo, baseadas nas espécies avistadas pelos fiscais durante as suas actividades de patrulha, onde em simultâneo faziam o registo de ocorrência das principais espécies do parque.

Espécie Monitorada	2022		2023		% Cresc.	Causas da Morte
	Vivas	Mortas	Vivas	Mortas		
Dugongo	129	1	274	2	112,40	(1). Disputa pelo território e (1). acao humana
Tartaruga Marinha	2450	52	4024	93	64,24	(89). Natural (predação e doença) e (4). Accao humana
Manta Raia	68	0	49	0	-27,94	---
Baleia	112	1	341	3	-	---
Peixe Guitarra Gigante	0	0	0	2	-	Predação
Cabrito Vermelho	513	2	2331	4	354,4	---
Macaco Simango	1324	0	2793	0	110,95	---
Suni	13317	0	42893	17	222,09	---
Golfinhos	2579	111	3285	1	27,37	Natural
Cabrito Cinzento	477	0	1750	0	266,88	---
Jiboia	5	2	8	1	60,00	---

**Figura 3-** Espécies de animais observados durante as patrulhas

**Fonte:** Relatório Anual PNAB (2023)



**Figura 4-** Espécies observadas durante a patrulha no PNAB

**Fonte:** PNAB

### 3.2.6. População

O PNAB possui actualmente (2015) uma população estimada em 5.095 hab. A maior parte destes moradores é composta por ilhéus nascidos no Arquipélago do Bazaruto, embora haja também ilhéus naturalizados por laços de casamento e outros ilhéus imigrantes a partir do continente em busca de novas oportunidades laborais nas ilhas. A população das três ilhas habitadas que compõem o arquipélago tem crescido a um ritmo elevado de 883 hab. (2007 - 2015), tendo assim aumentado em 8 anos cerca de 807 hab. (de 2.581 para 3.388 hab.) na Ilha do Bazaruto com um ritmo de crescimento anual (valor médio) de 100.88 hab., com uma densidade populacional [no. de hab./ilha (em km<sup>2</sup>)] de 21.42 hab/km<sup>2</sup> (2007) para 28.12 hab/km<sup>2</sup> (2015), tendo aumentado em 8 anos 6.7 hab./km<sup>2</sup>. Possui uma projecção de 10 anos (2015 - 2025) estimada em 4,396.75 hab. (DÍAZ P; LUÍS; MAFAMBISSA, et al , 2016).

Estas tendências evolutivas, no caso das ilhas do Bazaruto e de Benguérua, e involutivas no caso da Ilha de Magaruque, mostram o risco que correm os valiosos RN potenciais destas paradisíacas ilhas, em termos de pressão demográfica de quase **6,200.00** hab. Para o ano 2025, sem contar com outros factores socio-ambientais que influenciam directa ou indirectamente / perceptível ou imperceptivelmente no PNAB.

Ao nível do Arquipélago há uma população total de 5.095 hab., o que corresponde a 965 famílias. Sendo que nas Ilhas do Bazaruto, Benguérua e Magaruque existem

populações de 3.388, 1.519 e 188 hab. Respectivamente. A estrutura populacional do PNAB é dominada pela população feminina (367 mulheres mas com respeito aos homens) com um número de 2.731 mulheres em relação a 2.364 homens.

As ilhas de Santa Carolina e Bangue não são habitadas pela população. Todavia, a comunidade no Arquipélago de Bazaruto encontra-se distribuída em 7 comunidades a saber:

- **Ilha de Bazaruto:** Comunidade de Sitone, Zenguelemo e Pangaia;
- **Ilha de Benguerua:** Comunidade de Chizunguni, Bavene, Cheringome;
- **Ilha de Magaruque:** Comunidade de Magaruque.

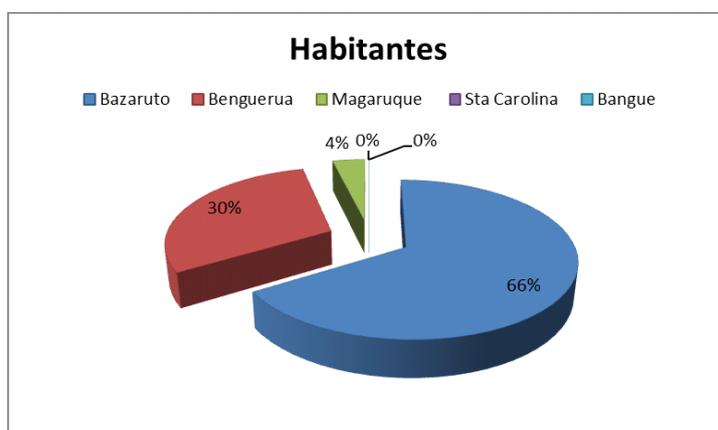


Figura 5: Distribuição percentual da população no PNAB por ilha.

Fonte: Relatório Anual PNAB, (2020).

### 3.2.7. Recursos Culturais

O PNAB possui valores culturais interessantes. Segundo Sinclair (1985 - d), existem sítios arqueológicos insulares (estações de escavações arqueológicas) chamados Duna de Bzaruto (ao Norte), Dundo I, II e Chibuene com tradição da cultura Ziwa e Gokomere. Por exemplo, o sítio arqueológico *Ponta Dundo* é um dos mais antigos lugares culturais em Moçambique, e foi datado entre 100 e 600 dC, e está compreendido entre 1.400 – 1.900 anos atrás. Isso adiciona claramente o místico destas ilhas, e cria a oportunidade de construir as ligações de turismo para uma série de outros locais antigos de cima para baixo na costa leste da África.

A presença deste local é também uma vantagem importante se os planos de solicitar o estatuto de local declarado Património Mundial forem prosseguidos. No entanto, para usar isso como motivação seria essencial que a Gestão do PNAB tivesse um plano claro de como preservar e gerir estes locais. Por esta razão, recomenda-se um exercício de

Planificação do Património Cultural. Relativamente recente, o Farol do Bazaruto é um recurso cultural com potencial turístico que não deve ser ignorado. O Farol do Bazaruto, no *Cabo Bazaruto*, na extremidade Norte da ilha de mesmo nome, no distrito de Inhassoro, província de Inhambane, é uma torre cilíndrica em alvenaria, com 26 m, pintada de branco e com edifícios adjacentes. Por outro lado, *Mussosso* é outro ponto histórico localizado num banco de areia, que era usado pelos ilhéus na época colonial para abandonar os portugueses e facilitar a sua morte ao subir a maré. *Ponta Dom Carlos* é o lugar onde ocorreu o naufrágio de uma embarcação, o qual está situado no Norte da ilha do Bazaruto.

### **3.2.8. Aspectos Sociais Relevantes**

As ilhas são habitadas hoje por uma população heterogénea, constituída por ilhéus e pessoas oriundas de outros distritos e províncias e por cidadãos estrangeiros, com destaque para sul-africanos. A convergência de vários grupos etnolinguísticos às ilhas criou uma nova conjuntura cultural, o que fez com que a população ganhasse novos hábitos de consumo e mesmo de gestão familiar. Contudo, persiste a herança patrilinear, herdando propriedade através da linha masculina numa sociedade que reconhece os méritos da idade em herança e tomada de decisões. A maior parte dos líderes locais é constituída por homens mais velhos.

No relacionamento social entre mulheres e homens, o Sistema de Desenvolvimento das Comunidades baseia-se no patriarcado, onde a poligamia e o lobolo constituem uma das suas práticas e costumes locais. Neste sistema, depois do lobolo, o filho traz a sua esposa para o lar do seu pai. Com a migração continente – ilhas, algumas destas tradições estão sendo adulteradas pelos forasteiros, criando-se uma certa crise de valores socioculturais e introduzindo outros, tais como amantismo, assédio sexual a crianças, criminalidade, prostituição, corrupção sexual e material, entre outros. Note-se que foram destacados estes problemas sociais, mas registam-se de forma insignificante.

Quanto à religião, a maioria da população venera os seus antepassados, sendo Zione e Velhos Apóstolos as principais religiões existentes no PNAB. De facto a convergência de inúmeras e diferentes culturas em qualquer realidade social provoca alterações nos hábitos e costumes da cultura receptiva, é por isso que se designa que elas (culturas) são dinâmicas. Em situação de convivência observa-se o fenómeno da aculturação, onde a

cultura mais forte se sobrepõe sobre a mais fraca (FRANCOIS, J. 2002). E é este fenómeno que paulatinamente se vai observando no PNAB.

No PNAB, cerca de 85% de agregados familiares vivem abaixo da linha da pobreza, isto significa privação em termos de saúde, educação, abastecimento de água potável, falta de conhecimento geral e técnico-profissional, assim como carência de rendimento (PNUD, SADC e SAPLES; 1998). No PNAB as populações dependem fundamentalmente da exploração dos recursos naturais locais (marinhos e terrestres), que são escassos. No Bazaruto há falta de emprego ou outras alternativas de fontes de rendimento. Por isso, normalmente as populações locais recorrem ao continente para o seu abastecimento em géneros alimentícios, bem como em outros produtos diversos necessários para a sua subsistência. As comunidades das ilhas estão isoladas pelo mar, isto significa que a ausência de transporte regular que liga o continente às ilhas constitui de facto um constrangimento para a vida dos ilhéus, pois todo o abastecimento e assistência socioeconómica são trazidos do continente.

### **3.2.9. Aspectos Económicos Relevantes**

A principal actividade da comunidade do Arquipélago é a pesca de Arrasto, mas também existe comunidade que se dedica ao corte de Caniço, Capim (majeca), fabrico de Sumo de Palmeira (Utxema); apanha de ostras; comércio de produtos de primeira necessidade e outras pessoas que estão empregue em estabelecimentos turístico e na função Pública, (PNAB, 2020).

Com base nas observações realizadas em campo constatou-se que a agricultura ainda é de baixo rendimento, porém com projecto implementado pelo PNAB nas zonas de Zenguelemo e Sitone a agricultura deixou de ser dependente das condições naturais (chuvas) e passou a ser um pouco mais moderna com introdução de bombas de abastecimento de água e o uso de produtos orgânicos e insumos melhorados (sementes, adubos e pesticidas) sendo esta actividade agrícola virada na conservação.

O pastoreio de cabritos é feito na maioria dos casos em dunas ecologicamente sensíveis e as comunidades não respeitam a Capacidade de Carga dos locais. Algumas famílias possuem galinhas, pombos e patos. Como acima referido, a pesca e agricultura são actividades base e de rendimento familiar das comunidades locais do Parque. Estas famílias de um modo geral possuem baixo poder económico e poucas alternativas económicas. Das entrevistas efectuadas constatou-se que a pesca não licenciada em

recifes e em áreas de reserva, utilizando tecnologias inapropriadas, ainda é praticada no Parque. Na mesma entrevista verificou-se que as famílias praticam agricultura sem obedecerem regras, o que resulta em queimadas descontroladas concorrendo desta feita para destruição da matéria orgânica do solo, morte de espécies animais terrestres e colocando em risco os empreendimentos turísticos existente no PNAB, e até a própria vida dos ilhéus (SILVEIRA, 2004).

Actualmente a actividade de pastorícia do gado caprino é feita de forma monitorada e consciente pelo sector da fiscalização do PNAB, por forma a evitar que a comunidade exerça sua actividade em locais ecologicamente sensíveis e em relação a pesca no PNAB, o exercício desta actividade só é permitida mediante o licenciamento legal para o exercício da mesma, onde mais uma vez o sector da fiscalização monitora toda actividade a fim de certificar o cumprimento das normas e respeito as zonas de proteção total, de referir que o PNAB conta ainda com o sector do desenvolvimento comunitário responsável pela sensibilização das comunidades sobre o uso racional e sustentável dos recursos naturais, a fim de garantir a longa continuidade desses recursos.

### **3.2.10. Aspectos Ambientais Relevantes**

Segundo Plano de Maneio (2016), Província de Inhambane, Moçambique, Entre os principais impactos antropogénicos identificados no PNAB estão:

- Uso inapropriado de técnicas de agricultura de subsistência;
- Uso inadequado de técnicas de pesca desportiva submarina (*speargun*), rede de emalhar, etc.;
- Turismo de mergulho (técnicas de natação inapropriadas sobre os recifes de corais, etc.);
- Ancoragem sobre os recifes de corais, especialmente âncoras de pedra de embarcações de pesca que são lançadas sobre estes, causando graves impactos pontuais e/ou em linhas ao serem arrastadas pelo fundo marinho, destruindo assim a vida sésil;
- Foco de queimadas descontroladas em matas e florestas decorrentes de corte e queimada vegetação como forma de ampliar áreas para pasto e/ou agricultura itinerante de pequena escala, que provoca destruição da matéria orgânica dos solos;
- Recolha excessiva de lenha pelas comunidades locais residentes;

- Esgotamento do solo (perda da fertilidade para a agricultura), provocado pelo seu uso incorrecto;
- Diminuição de populações das 14 espécies de alto valor de mega fauna marinha do PNAB, classificadas segundo MMF (2015) como: a) 1 criticamente em perigo (5%); b) 2 ameaçadas de extinção (9%), c) 11 vulneráveis à extinção (50%); e d) 8 outras espécies com dados insuficientes, IUCN [2015] (36%); provocados pela caça predatória, destruição de seus ecossistemas e ausência de leis que as protejam;
- O acelerado processo de fluxos migratórios entre as ilhas habitáveis do PNAB e o continente, junto a crescente pressão demográfica que põe em risco os recursos naturais, histórico-culturais, arqueológicos, estético-cénicos (visuais) e ecoturísticos disponíveis, tanto terrestres como costeiro-marinhos;
- Futuras tendências do risco de falta de água para o consumo humano, causado pelo aumento progressivo da população nos próximos 10 anos (2016 - 2025) com projecções que vão a partir de 5,095.00 hab. para 6,198.75 hab. Respectivamente, criando-se assim um maior número de poços ou fontenárias. Por outro lado, o incremento de projectos de construção de maiores infra-estruturas turísticas que ocupam, contando com os já existentes, um total de 928.72 ha é outra das ameaças do uso irracional (desperdício ou esgotamento), contaminação e poluição dos recursos hídricos disponíveis nos reservatórios e aquíferos das ilhas junto ao desencadeamento do incremento dos processos de salinização dos solos;
- Ampliação e intensificação do fenómeno da erosão costeira nas praias arenosas do lado oriental (oceânico) das ilhas do PNAB, modificando assim a base das dunas litorais, trazendo consigo a eliminação das casuarinas, que proporcionam a estabilidade destas paisagens eólicas cénicas. Este desabamento altera a dinâmica litoral (balanço e dispersão de sedimentos, variações do nível relativo do mar, *storm surges*, etc.) e afecta também os locais de nidificação das diversas espécies de tartarugas marinhas que anualmente nidificam nestas praias;
- Comércio de produtos marinhos para satisfazer o mercado asiático, como o pepino-do mar (ou holotúria), que é aproveitado, depois de desidratados, como petisco da culinária oriental. Outro exemplo é a remoção das barbatanas de tubarão para sopa e Escudos de conchas usados para artesanato, etc.

- Conflitos de habitats entre o homem (*ilhéu*) e a fauna bravia autóctone, incluindo a identificação de animais que precisam atenção especial com destaque para o Cabrito Vermelho (*Cephalophus natalensis*) e o Macaco-simango (*Cercopithecus mitis*), tanto do ponto de vista ecológico, como socioeconómico;
- A expansão de espécies introduzidas e invasoras representa um dos maiores problemas ambientais do PNAB por ser um fenómeno irreversível, ameaçam os locais por predação, competição ou alteração do habitat natural em fase de acréscimo e de aceleração. Os ecossistemas insulares são caracterizados por elevadas taxas de endemismo e biodiversidade, contudo são particularmente vulneráveis a invasões biológicas. A introdução de espécies exóticas invasoras é considerada uma das principais causas de perda da biodiversidade global, traduzindo-se em impactos negativos em termos ecológicos, económicos e sociais.
- No arquipélago do Bazaruto, dado tratar-se de um ecossistema insular, este poderá ser a principal causa de perda de biodiversidade Incremento na densidade de rede de trilhos e caminhos antropogénicos, que estão ocasionando uma evidente fragmentação dos habitats terrestres e costeiros do PNAB, por causa da acelerada pressão demográfica, um desordenado padrão espacial insular de assentamentos humanos e ausência de um Plano de Ordenamento Territorial (Espacial);
- Erosão por compactação do solo pelas pisadas de animais, como o gado caprino;
- Perda da biodiversidade e aumento da fragmentação da vegetação autóctone devido paralelamente a ampliação de redes de caminhos antropogénicos, derivado da crescente densidade populacional nas pradarias ocupadas pelos assentamentos humanos;
- As ameaças mais importantes para os Dugongos de Bazaruto são a indústria ilegal de rede de emalhar, pois os Dugongos ficam enredados e afogados por captura acessória (*bycatch*), e perda do seu habitat por causa do uso da rede de cerco de emalhar artesanal, que danifica e desenraíza os leitos frágeis de ervas marinhas, dos quais os Dugongos se alimentam; e
- A iminente ameaça externa de risco de derrame de combustível e contaminação marinha procedente do navio ancorado a uma unidade flutuante de armazenamento e escoamento do oleoduto (Projecto FSO da SASOL) localizado

dentro da zona batimétrica da isóbata -50 m de profundidade, a 4.68 mn (8.67 Km) do recife de coral mais próximo (*25 Mile Reef*) e a 18.62 mn (34.48 Km) do limite Norte do PNAB. Os habitats bentónicos localizados ao Norte –N– do PNAB e no Santuário Nacional Marinho de Nhamábue (SNMN), e assim como alterar o corredor migratório da megafauna marinha de alto valor para a conservação. Os 2 grandes locais setentrionais do PNAB onde se congregam as manta raias, e 1 local hotspot e tartarugas marinhas, poderão ser seriamente afectados se não tomam medidas urgentes para neutralizar esses futuros impactos, partindo basicamente de análises espaciais presumíveis (simulações com base em variáveis ambientais).

### **3.3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

#### **3.3.1.1. Turismo no PNAB**

Com base nas classificações das tipologias de turismo, o parque nacional do arquipélago de Bazaruto é caracterizado pela prática de vários tipos de turismo conforme avançam alguns autores mencionados no trabalho, mas olhando sob o ponto de vista do tipo do produto turístico oferecido, nesta área de conservação marinha são predominantes os seguintes tipos de turismo: turismo de conservação ou ecoturismo, turismo de sol e praia, turismo cultural, turismo de estudos ou de intercâmbio e o turismo de negócios.

- **Ecoturismo** - É um segmento da atividade turística do PNAB que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações, tendo como principais actividades praticadas a: ornitofilia nas matas de Sitone, e Chizungune, escaladas as dunas de Nhangasse, Mabuzisse, Chizungune em Sitone e Mupal em Zenguelemo, escalada ao farol de Sitone, passeio pelas matas, caminhadas a pé próximo aos ninhos das tartarugas, *sunsent* na ponta Manuel e ponta Dundo e extração de fotografias.



**Figura 6- Atividades de ecoturismo**

**Fonte:** Colega malate

- **Turismo Cultural-** conforme referenciado anteriormente, este tipo de turismo compreende as actividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura, tendo como uma das principais atrações culturais o farol da ilha de Bazaruto, a observação do fabrico e consumo da bebida tradicional, observação do fabrico dos barcos, as cerimónias magico-religiosas “ku patlha” e bem como o casamento tradicional “lobolo”, a prática deste tipo de turismo e bem como destas actividades são principalmente monopolizadas pelas três ilhas (Bazaruto, Benguerra e Magaruque) que comportam a comunidade no seu interior, tendo maior incidência nas comunidades de Sitone, Zenguelemo, Chizungune e Magaruque.



**Figura 7-Oficina de barcos de Sitone**

**Fonte:** Arquivo fotográfico Malate

- **Turismo de estudos e intercâmbio-** conforme avançam os autores este segmento é gerado por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional, para o PNAB quanto ao turismo de estudos comporta como principais actividades, a observação de comportamento de algumas espécies marinhas e costeiras, o estudo e interação com a comunidade local para observação e estudo dos hábitos e costumes das mesmas e bem como programas de estágios curriculares.



**Figura 8-** Troca de experiência entre os fiscais e o estagiário e campanha de sensibilização sobre importância da preservação

**Fonte:** Arquivo fotográfico Malate

- **Turismo de Sol e Praia-** compreende actividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou lazer em praias, em função da presença conjunta de factores naturais como: água, sol e calor, sendo no PNAB predominante as seguintes actividades decorrentes do turismo de sol e praia: safari oceânico, pesca desportiva e mergulho superficial com e sem garrafa onde as mesmas são realizadas na ponta Dundo, reserva do farol, canal Deu e Nhamachinda. De acordo com as abordagens pode se afirmar que o ponto forte do turismo deste destino se assenta principalmente em seu recursos naturais e paisagísticos, tornando o consumo deste turismo dependente das condições climáticas e de variáveis externas, propiciando a existência da sazonalidade turística.



**Figura 9-** Turismo de sol e praia

**Fonte:** Arquivo fotográfico Malate

### **Turismo de negócios**

Este segmento de turismo compreende todo conjunto de actividades turísticas que tem por objectivos o interesse profissional, associativo, institucional, de carácter comercial, promocional, técnico, científico e social, conforme os autores, onde para o caso específico do PNAB é notório ao longo das ilhas o exemplo de empreendimentos e concessões turísticas decorrentes da visita ao arquipélago.

Apresentadas as tipologias de turismo de maior predominância no PNAB tendo em conta o tipo de produto turístico oferecido, notam-se algumas convergências com as tipologias apresentadas pelos autores, onde essencialmente o PNAB dispõe da pratica do turismo de sol e praia, turismo cultural, turismo de negócio, ecoturismo e turismo de estudo ou pesquisa científica, porém ainda assim dada a conjuntura do principal produto turístico oferecido pelo PNAB, este limita a pratica dos outros segmentos turísticos referidos nos pontos anteriores, gerando algumas divergências com as tipologias mencionadas pelos autores, situação que pode ser tomada em consideração como catalisadora para retração de segmentos potenciais e reais de turistas que preferem as tipologias de turismo que são descritas pelos autores, das quais o PNAB não dispõe e se dispõe não tem- se feito sentir a sua disposição.

A prática de qualquer actividade turística no PNAB é devidamente monitorada e sujeita a pagamento de taxas referentes a entrada e ao uso dos recursos turísticos deste destino, para que os recursos seja consumidos de maneira sustentável e equitativas por todos, onde estas taxas estão divididas de acordo com a actividade, permanência e proveniência, conforme ilustra a tabela a seguir.

**Tabela 1: Taxas de acesso e utilização dos recursos e atractivos do PNAB**

<b>Taxa de entrada por turista</b>	<b>Turista nacional</b>	<b>Turista da SADC</b>	<b>Turistas de outras nacionalidades</b>
Diária	400,00 MT	600,00 MT	900,00 MT
Semanal	1600, 00 MT	2300,00 MT	3600,00MT
Anual	9600,00MT	14 000,00MT	21 600,00 MT
<b>Taxas para realização de actividades</b>			
<b>Mergulho superficial</b>			
Diária	250,00 MT	300,00 MT	300,00 MT
Semanal	400,00 MT	500,00 MT	500,00 MT
<b>Mergulho à garrafa</b>			
Diária	200,00 MT	300,00 MT	300,00 MT
Semanal	400,00 MT	500, 00 MT	500, 00 MT
<b>Pesca recreativa e desportiva por mês por pessoa</b>			
Mês	400,00 MT	800,00 MT	800,00 MT
<b>Pesquisa Científica</b>			
20 000,00 MT	25 000, 00 MT	25 000, 00 MT	

Fonte: PNAB (2022)

### 3.3.1.2. Empreendimentos turísticos existentes no PNAB

Em termos de empreendimentos turísticos, o PNAB possui um total de 13 empreendimentos, ocupando uma área de 913,92ha, onde apenas 4 concessões estão em funcionamento pleno, 1 concessão funcionando na mínima capacidade, privilegiando as Villas, 1 funcionando no regime inteiramente de turismo residencial, 2 com mínimas infraestruturas, porém ociosas, 1 ruína e os restantes 4 são concessões ociosas (RELATÓRIO ANUAL PNAB, 2023).

Na tabela 2 estão indicados as concessões existentes no PNAB, sua localização, área de ocupação directa.

**Tabela 1: Empreendimentos turísticos do PNAB**

Ord	Nome da Concessão	Área Autorizada (ha)	Ilha
1	Bazaruto Lodge	166	Bazaruto
2	Indico Bay (Anantara)	292	Bazaruto
3	Zenguelemo Ecolodge	6,1	Bazaruto
4	Eugénio Numaio	15	Bazaruto
5	Cipriano Neto	0,68	Bazaruto
6	Santa Carolina	57	Santa Carolina
7	Gabriel's Ecolodge	20,16	Benguera
8	Benguera Lodge	11,12	Benguera
9	Benguera Vila	12,83	Benguera
10	Kisawa	300,94	Benguera
11	Marlin Lodge	6,57	Benguera
12	Hotel Magaruque	24,79	Magaruque
13	Yassin Amuji	0,16	Bângue
<b>TOTAL</b>		<b>913,35</b>	

Fonte: Relatório Anual PNAB, 2023

Os empreendimentos turísticos situados e funcionamento no PNAB, oferecem um leque de serviços e produtos de interesse turístico. Esta oferta por parte dos empreendimentos turísticos compõe desde serviços de alojamento, restauração e bem como algumas actividades tais como: mergulho superficial com ou sem garrafa, *sunset*, pesca desportiva, safari oceânico, passeio de carro, visita guiada, entre outras actividades que tem por intuito proporcionar comodidade, segurança, diversão e experiências agregadas aos turistas que visitam o destino e bem como estes estabelecimentos.

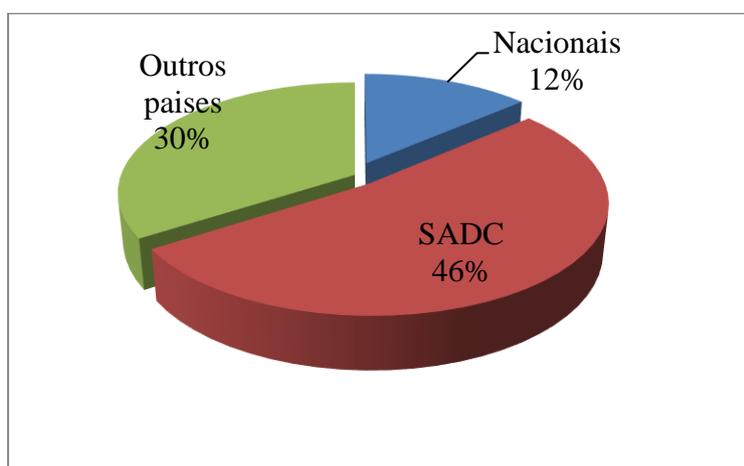
### 3.3.1.3. Proveniência, motivações e preferências dos visitantes do PNAB

O processo de decisão de viajar envolve motivos e intenções do turista, bem como os estímulos que transformam a intenção na escolha de um produto ou destino (Moutinho, 1987). Cada destino oferece uma variedade de produtos e serviços para atrair visitantes e cada turista tem a oportunidade de escolher entre um conjunto de destinos. Diferentes fatores podem ter uma influência na escolha do destino, por exemplo, a idade do turista, o seu ordenado, a sua personalidade e motivação, o custo, a distância e o risco da viagem (Kozak, 2002).

Relativamente a demanda turística no PNAB e conforme o que está catalogado nas estatísticas do PNAB, este destino turístico tem aguçado maioritariamente a demanda

dos visitantes oriundos dos países membros da SADC, com maior enfoque para África do Sul e Zimbabwe, e de outros nichos de mercado, englobando a camada infantil e juvenil, onde os mesmos são movidos por diversos factores, na sua maioria factores naturais (belas paisagens, praias de águas cristalinas, etc.), salienta-se que o critério de segmentação relativa a proveniência encontra dividida em turistas nacionais, da SADC e estrangeiros de outros países, de acordo com a distribuição feita na aplicação das taxas de ingresso e uso dos recursos do PNAB.

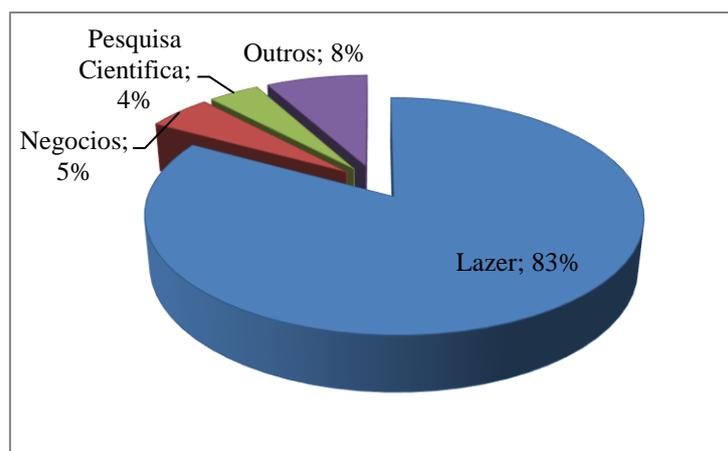
Os gráficos abaixo que se seguem fazem referência a proveniência e bem como os motivos de viagem dos turistas.



**Figura 1:** Proveniência dos turistas que visitam o PNAB

**Fonte:** Relatório Anual PNAB (2022).

Com base no trabalho de campo, foi possível determinar que quanto aos motivos que impulsionam a procura deste destino turístico e que se encontram oficialmente cadastrados na base de dados do PNAB, estes encontram-se segmentados em: Lazer, Negócios, Pesquisa científica e Outros.



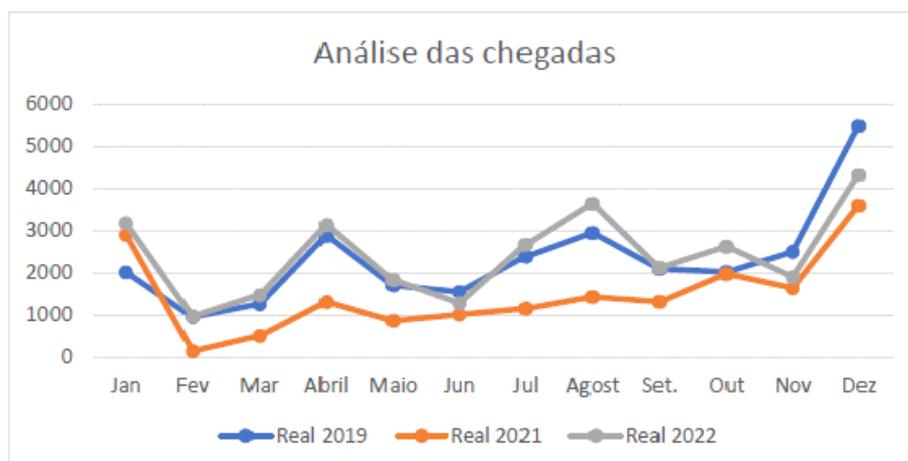
**Figura-** Motivação de viagem

### 3.3.2. Sazonalidade do turismo no PNAB

Conforme já referenciado a quando da introdução do presente trabalho, a sazonalidade, justifica-se como sendo a oscilação da demanda turística num destino durante o ano, desta feita, fazendo com que haja oscilações no volume dos fluxos turísticos, resultando em época alta, época média e a época baixa.

O Turismo no PNAB tem o seu pico ou seja a época com maior fluxo de chegadas concentra-se nos meses de Novembro, Dezembro, início de Janeiro e Abril onde este pico está relacionado muitas vezes com as férias profissionais e escolares e a quadra festiva que tende a coincidir com o factor natural verão, tornando-se a época oportuna para a prática do turismo de sol e praia, no mês de Abril é notória a procura de serviços e produtos turísticos, aliado ao facto de haver neste período o feriado e a celebração da pascoa, os meses de Fevereiro, Março, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro representam a época de declínio do fluxo turístico, aliado a uma serie de factores como, factores naturais (inverno, chuva e etc.), bem como a indisponibilidade do tempo para a prática desta actividade, devido a sobre carga das ocupações profissionais impedindo assim a pratica do turismo durante este período, gerando a situação de baixa procura dos produtos e serviços turístico. De forma a dar mais vigor e veracidade, foram apresentados dados estáticos que elucidam os desníveis e as discrepâncias na procura turística no PNAB e com base a esses dados foi possível fazer uma análise comparativa de diferentes épocas.

Variável	I Trimestre	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre	Total
Embarcações	657	669	951	1043	3320
Aeronaves	431	497	657	541	2126
Actividades	2637	2814	5035	5135	15621
Turistas	5479	6247	8426	8841	28993
Receita	4 472 400,00	6 535 500,00	9 393 900,00	8 620 400,00	29 022 200,00



**Figura 10:** Análise comparativa de chegadas no PNAB

**Fonte:** Relatório Anual PNAB (2022)

De acordo com PNAB, durante o período de 2022, o movimento turístico no PNAB caracterizou-se por um crescimento em todos meses, sendo que apenas os meses de Junho, Novembro e Dezembro que se situaram abaixo de 2019 em termos de chegadas ao parque, o que no entendimento do PNAB, trata-se de retorno ao crescimento do turismo no período pós-COVID19.

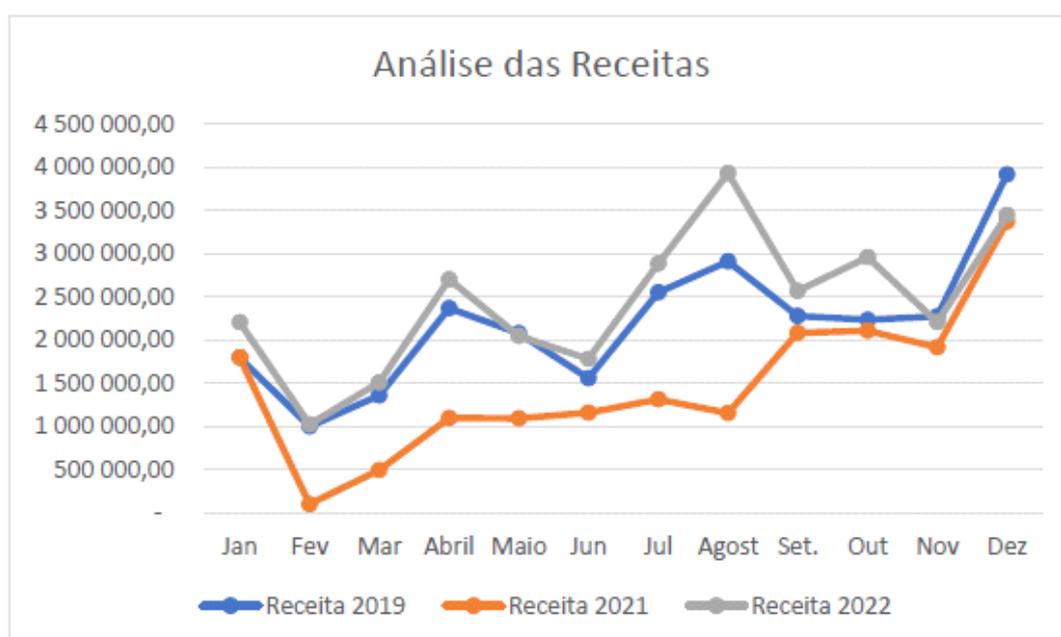


Tabela 12. Análise Comparativa de resultados de 2021 vs 2022

Item	Resultados do Período		Grau Crescimento
	Real. 2021	Real. 2022	
Receita	22 118 270,00	33 767 470,00	53%
Turistas	17894	28399	59%

Figura 11: análise comparativa de resultados

Fonte: Relatório anual PNAB (2022)

Em relação ao movimento turístico em 2023, segundo o relatório anual PNAB (2023), Durante o período em análise, apesar dos estragos resultantes da passagem da depressão tropical severa Freddy, o movimento turístico no PNAB foi positivo, tendo-se caracterizado por um crescimento em comparação com 2022, tendo as chegadas do período superado as de 2022 em 4%. Vide as tabelas a baixo:

Tabela 19. Movimento Turístico

Variável	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Total
Embarcações	573	824	926	956	3279
Aeronaves	523	614	695	502	2334
Actividades	2295	4357	5663	5475	17790
Turistas	5135	7237	8721	8311	29404
Receita	4 929 850,00	7 599 900,00	9 807 800,00	9 570 350,00	31 907 900,00

Figura 12: receitas geradas em 2022

Fonte: PNAB

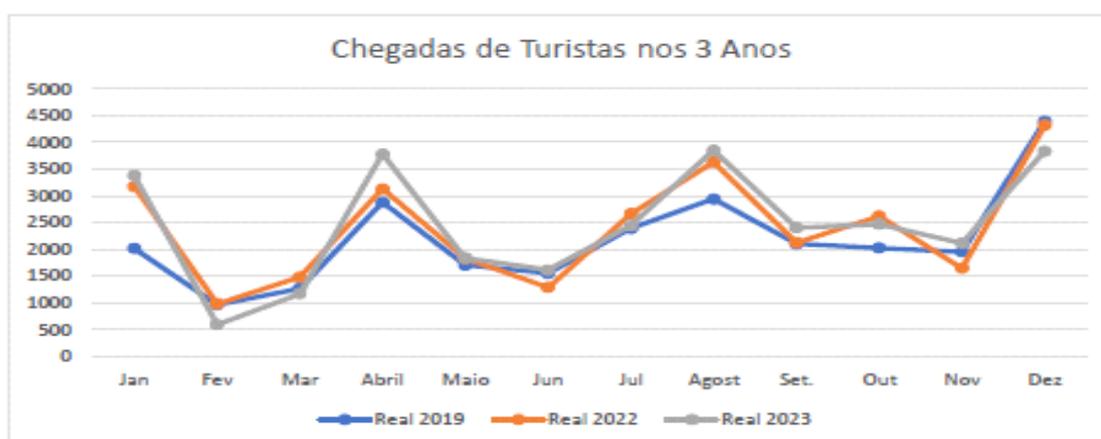


Figura 30. Análise Comparativa de Chegadas de Turistas e receitas 2019 - 2022 - 2023

Tabela 202. Análise Comparativa de resultados de 2022 vs 2023

Item	Resultados do Período			Grau cump.	Grau Crescim.
	2022	Plan 2023	Real 2023		
Receita	33 767 470,00	51 695 072,00	36 626 170,00	71%	8%
Turistas	28399	30000	29404	98%	4%

**Figura 13:** chegadas de turistas e receitas de 2023**Fonte:** PNAB

Com base nas evidências acima apresentadas, constata-se a existência da sazonalidade do turismo no PNAB, onde são notórios os desníveis da procura turística durante o ano, que por conseguinte afecta directamente na entrada de receitas, onde conforme avançado anteriormente, este destino turístico tem o seu pico ao longo dos meses de Novembro, Dezembro, início de Janeiro e Abril, ressaltando ainda mais a existência destas oscilações no PNAB, onde as mesmas são causadas por vários e diferentes motivos descritos pelos autores referenciados nesta pesquisa.

### **3.3.2.1. Causas da Sazonalidade turística no PNAB**

Os factores variam de acordo com características específicas do destino, tais como: localização geográfica, origem dos turistas, segmento turístico (sol e mar, rural, entre outros), infra-estrutura, serviços e recursos de atractividade. No entanto, autores que estudam este tema apresentam factores comuns que podem responder pela sazonalidade na maior parte dos destinos. Assim, as causas dividem-se em dois grupos: causas naturais e causas institucionais, (PIMENTEL, 2009).

A sazonalidade é ocasionada por um leque de factores (políticos, sociais, culturais, naturais, mercadológicos e geográficos) conforme avançam os autores Montejano (2001); Sebrae (2006); Marcussen (2011), nos capítulos anteriores, onde algumas das causas por eles apresentadas convergem com as causas da sazonalidade do PNAB, sendo para o caso específico do PNAB, segundo depoimentos colhidos aos vários actores e intervenientes do turismo (PNAB, Operadores, Empreendimentos e Comunidade local) deste destino, uma das maiores causas de oscilações na demanda turística, está relacionado ao tipo de turismo oferecido que se assentam fortemente nos recursos naturais, para além de ser um turismo de conservação, sofrendo uma grande dependência dos aspectos ambientais e fazendo com que este segmento de turismo esteja inteiramente condicionada aos factores naturais favoráveis para o consumo, bem como a existência de restrições de certas actividades turísticas por se tratar de uma área de conservação gerando assim restrições na introdução de actividades, serviços e produtos inovadores, as outras causas secundárias de maior realce apontadas como responsáveis pelas oscilações estão ligadas aos factores externos ao PNAB, sendo eles factores (sociais, económicos e institucional) pois estes aspectos resultam inteiramente

das férias profissionais e escolares, no entanto, uma vez que o período de férias escolares de maior duração (Dezembro e Janeiro) coincide com o verão fazendo com que as férias profissionais sejam igualmente marcadas nessa altura, catapultando desta feita a demanda deste destino turístico nestas épocas em específico.

### **3.3.2.2. Consequências da Sazonalidade turística no PNAB**

Em relação aos impactos gerados pelas oscilações na demanda turística no PNAB, foi apontada como a consequência impactante a económica, por esta influenciar e corroborar no enceramento temporário ou permanente os estabelecimentos turísticos, bem como a baixa rentabilidade nas receitas e custos fixos elevados (água, energia, internet, salários dos trabalhadores e taxas de actuação no PNAB) que tem resultado no corte de mão-de-obra, corroborando para o aumento do desemprego, mendicidade e marginalidade. Foi referido ainda que estas oscilações têm reduzido o grau de competitividade do destino. Para o PNAB as consequências são ainda mais agravantes, pois com o factor sazonalidade torna-se difícil a implementação de projectos de desenvolvimento do próprio arquipélago e bem como das comunidades residentes no mesmo, para além de que com as oscilações na procura os recursos naturais acabam sofrendo uma maior intensidade de exploração, pois acaba se tornando a alternativa de renda para os nativos, obrigando assim o PNAB a redobrar e investir cada vez mais no sector da fiscalização para zelar pelos recursos protegidos e que se configuram atractivos característicos do destino. Outras consequências estão associadas as discrepâncias de preços em épocas distintas do ano e das experiencias vividas pelos visitantes, que podem influenciar aos potenciais visitantes, bem como as questões políticas, burocráticas de acessibilidade do destino.

Assim sendo, constata-se que nesta área de conservação as consequências predominantes advindas da sazonalidade turística são convergentes às consequências descritas e referenciadas pelos autores abordados nos capítulos anteriores, a quando da revisão da literatura, onde destacam essencialmente como consequências da sazonalidade, o desemprego, queda da facturação, enceramento das empresas de turismo e a marginalidade, sendo os mesmos problemas observados a nível do destino turístico em abordagem (PNAB), onde estes aspectos acabam criando instabilidade de cunho principalmente económico, mas também social, cultural e político.

### 3.3.3. Estratégias de gestão da sazonalidade turística no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto

Referentes as estratégias de gestão da sazonalidade turística, a principal acção versa em torno da promoção e marketing, onde durante o ano de 2023, foram produzidos e publicados 58 artigos a cerca das potencialidades do destino. Tendo alcançado 163.402 pessoas nas duas redes sociais, e obteve 1.275 novos seguidores totalizando 13.000 seguidores.

Ainda na componente de promoção, o parque participou em 03 feiras, entre elas duas de viagens e turismo (INDABA e FIKANE), sendo que ambas são feiras anuais que se realizam nas cidades de Durban, Província de Kwazulu Natal, África do Sul e Maputo, capital do país. A terceira feira na qual o parque participou é a Feira Internacional de Maputo – FACIM 2023, em Ricathla, Distrito de Marracuene, província de Maputo.

O parque teve uma publicação na renomada revista francesa de viagens “Petit FuTé”, especializada em viagens e turismo e que constitui um meio estratégico para alcançar o mercado europeu. A outra acção de exposição, foi através do convite recepção da freelancer jornalista indiana que viaja e escreve sobre experiências e degustação de gastronomia local durante suas viagens e estadias, (PNAB, 2023).



Figura 14: PNAB no INDABA e FACIM 2023

Fonte: Relatório Anual PNAB (2023)

Concernentes as principais estratégias usadas para contenção e mitigação da sazonalidade no PNAB, segundo os depoimentos e em concordância com os relatórios do PNAB afirmou-se que:

- Tem apostado em campanhas de marketing e promoção do destino através da Internet, mídias televisivas, redes sociais e placas de sinalização de interesse turístico sobre o parque;
- O parque tem participado de feira de viagens e turismo da região INDABA, que é uma feira anual que se realiza na cidade de Durban, Província de Kwazulu Natal, África do sul e na Feira Internacional de Maputo – FACIM;
- Auscultação dos gestores e operadores turísticos;
- A outra estratégia usada pelo parque versa entorno de formações e capacitações dos operadores turísticos, incentivando-os a diversificar e melhorar os seus serviços e produtos.

De acordo com DEPCULTURI as estratégias utilizadas para mitigar a sazonalidade, embora limitadas são:

- Uso das plataformas digitais e redes sociais para o *marketing* e divulgação das potencialidades do PNAB;
- Sensibilizam os operadores e empreendimentos turísticos praticarem preços promocionais em época de baixa procura;
- Incentivam os operadores e empreendimentos turísticos a realizarem pequenos e grandes eventos culturais, lúdicos, desportivos, recreativos, entre outros por forma a garantir a continuidade da procura turística em época baixa.

Relativamente aos empreendimentos e operadores turísticos, por sua vez estes têm:

- Optado pela diversificação e melhoria de qualidade nos produtos e serviços turísticos;
- Inovações de produtos e serviços;
- Redução dos preços e ofertas promocionais dos serviços e produtos turísticos;
- Marketing e Promoção dos seus serviços e produtos através da internet, redes sociais e revistas e catálogos;
- Criação e Promoção de eventos;
- Treinamentos, capacitações e formações aos seus colaboradores em matérias de serviços de atendimento ao turista;
- Incitação a prática do turismo doméstico.

Concernentes as estratégias de gestão de sazonalidade adotadas pelo PNAB, constata-se que as mesmas convergem parcialmente com as estratégias propostas por vários autores que contemplam na presente pesquisa, pois conforme descrito na revisão da literatura no capítulo II, no ponto 2.5, onde os autores propõem como estratégias de gestão da sazonalidade as seguintes: inovações de produtos e diversificação dos mercados, o estudo e segmentação do mercado como forma de perceber as necessidades do cliente, oferta de pacotes turísticos maiores com períodos mais curtos em épocas baixas, diferenciação dos preços, avaliar as motivações de visita e preferências em cada época, porém das estratégias descritas pelos autores o PNAB tem apostado mais na componente de marketing e promoção do destino, diversificação da oferta e inovação dos serviços e produtos, ainda assim o PNAB não contempla as outras estratégias sugeridas pelos autores, podendo ser este um dos motivos que influenciam na sazonalidade do destino.

## **CAPITULO IV: CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES**

Relativamente a este capítulo é marcado pelo término da pesquisa, salientando as principais abordagens inerentes ao tema e também dos alcances efectuados durante a execução da pesquisa.

### **4.1. Conclusão**

O turismo é um sector global e, portanto, um sector extremamente volátil e frágil, perante todo o desenvolvimento económico e social dos últimos tempos. Independentemente do enquadramento ou foco do negócio, o fenómeno da sazonalidade é continuamente apontado como uma das principais ameaças à actividade do sector, provocando drásticas mudanças na economia local e nacional. Entres outros aspectos, denota-se uma forte redução de trabalhadores (desemprego) e, por vezes, até o encerramento de espaços nas alturas de menor procura turística. O desafio situa-se precisamente na capacidade de estabilizar o desempenho turístico, num desenvolvimento sustentável, de modo a garantir a sua continuidade e competitividade.

Com a realização da pesquisa foi possível concluir que o PNAB configura-se como sendo uma área de conservação com enormes potencialidades turísticas que variam desde paisagens naturais, rica biodiversidade em espécies em vias de extinção como: baleias, golfinhos, as 5 de tartarugas, Dugongos, tubarões, cabrito vermelho e cinzento, Macaco Simango e jibóias, contando ainda com uma flora invejável de variadas espécies de árvores e corais marinhos, para além de se dispor de formações geológicas naturais como dunas, estes factores se conjugam como sendo os principais atractivos para turísticas que visitam o PNAB, estes factores permitem que no parque realizem o ecoturismo, turismo cultural, turismo de sol e praia, turismo de negocio e o turismo de estudos, intercambio ou pesquisa científica, contudo, a sazonalidade turística constitui um verdadeiro desafio para o PNAB, pois este destino turístico está inteiramente dependente dos recursos naturais ``sol e praia `` o que tem gerado oscilações na procura turística, pelo facto destes recursos terem como época propícia para consumo o verão e aliado aos factores institucionais (ferias no trabalho e escolares, quadra festiva) tornando os meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Abril o pico do turismo para este destino, o período de (Fevereiro, Março, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro) são tidos como a época baixa pelo facto de se registar redução drástica do fluxo de visitantes. Referir que os maiores consumidores assíduos do turismo oferecido

no PNAB são visitantes oriundos dos países membros da SADC, com destaque para a África do Sul e o Zimbabwe, ainda assim este turismo tem ganhado destaque e interesse de turistas de outros países. Contactou-se que a sazonalidade no PNAB tem gerado impactos negativos nefastos de cunho económico principalmente, pois com base nos depoimentos dos entrevistados foi possível concluir que a economia é mais afectada pela sazonalidade, pois é responsável pelo encerramento permanente ou temporário de estabelecimentos turísticos e dos operadores, resultando em corte de gastos através dos despedimentos dos colaboradores destes estabelecimentos, propiciando eventualmente o aumento das taxas de pobreza, mendicidade, criminalidade e o aumento na caça e pesca furtiva de espécies protegidas. Com o encerramento das actividades dos operadores e estabelecimentos turísticos as receitas do PNAB tem decrescido significativamente pois esta entidade não realiza nenhuma actividade turística lucrativa que por si só garante as receitas ao parque, sendo as receitas canalizadas através das taxas aplicadas aos operadores e estabelecimentos turísticos para a concessão de licença para operar no arquipélago, com o encerramento das actividades derivadas pela sazonalidade as taxas acabam ficando sem efeitos, comprometendo assim as receitas do PNAB e consequentemente os projectos de desenvolvimento e crescimento do PNAB e das comunidades tem sua execução tardia nalgumas vezes pela ausência dessas receitas.

Face as adversidades geradas pela época da baixa, medidas e acções mitigadoras tem sido levadas a cabo por forma a reverter o cenário, sendo uma das principais acções desenvolvidas pelo PNAB, exposição em feiras, os treinamentos, formações e capacitações aos operadores turísticos e os gestores dos estabelecimentos turísticos, sendo as campanhas de marketing e a promoção do destino uma forte estratégia usada pelo PNAB e bem como pelos gestores e operadores turísticos, como alternativa para atenuar os efeitos da sazonalidade é feita a diversificação da oferta, criação e promoção de eventos durante a época de baixa procura.

## 4.2. Recomendações

Este subcapítulo foi reservado para propostas de medidas que visam a colaborar para melhor gerenciamento da sazonalidade turística no PNAB.

Ao PNAB sugere-se como proposta de estratégias para gestão da sazonalidade:

- Estudo e segmentação do mercado para perceber as necessidades do cliente
- Avaliar as motivações de visita e consumo diferenciadas em cada época, para além da percepção das causas/ constrangimentos de visita em determinadas alturas do ano;
- Agregar um mini shop aos PIT's (pontos de informação turística) a fim de que criar mais atractividade aos turistas mesmo na época baixa;
- Revitalização e melhoria do Museu marinho do posto de Sitone (ilha de Bazaruto).

2. Aos gestores e operadores turísticos sugere-se

- Criar estratégias de marketing direccionadas aos turistas domésticos;
- Introduzir o turismo de aventura e Fomentar o turismo cultural;
- Estudo e segmentação do mercado para perceber as necessidades do cliente
- Organização e promoção de eventos e festas na época baixa, através da qual se promove um conjunto de actividades tais como: o desporto, cultura ou religião.
- Oferecer pacotes turísticos nas férias grandes com períodos mais curtos, para época baixa ou época intermédia;
- Promover o turismo desportivo nas épocas baixas
- Diferenciação dos preços e a influência da decisão política nas épocas do ano.
- Avaliar as motivações de visita e consumo diferenciadas em cada época, para além da percepção das causas/ constrangimentos de visita em determinadas alturas do ano.

## CAPITULO V: REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, J., (1995). Turismo. Fundamentos e dimensões. 2a Edição. S. Paulo. Ática
2. ANDATE, Magno André. (2018), A sazonalidade turística no município de Inhambane-Reflexoes e Desafios. Escola superior de hotelaria e turismo de Inhambane,UEM. <http://monografias.uem.mz/handle/123456789/1475?mode=full>. Acesso em: 7-12-2023.
3. AMELUNG, B., Nicholls, S. E. e Vinder, D. *Implications of Global Climate Change for Tourism Flows and Seasonality*. 2007. Journal of Travel Research, p. 285-296.
4. AZEVEDO, M. (2008). *Teses, relatórios e trabalhos escolares* (6ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
5. BANDER, O.; SCHUMACHER, K. P.; STEIN, D. *Measuring Seasonality in Central Europe's Tourism – how and for what?* Talk: CORP 2005 – 10th INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION & COMMUNICATION TECHNOLOGIES, WIEN, p. 303-309, 2005
6. BAUM, T. e Hagen, L. (1999). *Responses to seasonality: The experiences of peripheral destinations*. International Journal of Tourism Research, 1 (5), 299-312.
7. BAUM, T. e HAGEN, L. (1999). Responses to seasonality: The experiences of peripheral destinations. International Journal of Tourism Research, 1: 299-312.
8. BAUM, T. e Lundtorp, S. (2001). Seasonality in Tourism: An Introduction. Em Baum, T. and Lundtorp, S. (Eds.), Seasonality in Tourism (pp.1-4). Oxford: Elsevier Science.
9. BENJAMIM, Leonildo Fernando. (2016). *Estratégias para a concepção e desenvolvimento de produtos turísticos no município de Inhambane (Moçambique)*(especialização em gestão estratégica de destinos turísticos) escola superior de hotelaria e turismo do Estoril Portugal.
10. BARRETTO, M. (2003). *Manual de iniciação ao estudo de turismo*. 13ª edição, Campinas: SP- Papyrus editora.
11. BARON, R. V. (1975). *Seasonality in Tourism: A Guide to the Analysis of Seasonality and Trends for Policy Making*. Technical Series, No. 2. London: The Economist Intelligence Unit.
12. BARRETO, Alcyrus V. P.; HONORATO, Cezar de F (1998). *Manual de sobrevivência na selva académica*. Rio de Janeiro: Objeto Direto.

13. BARRETO, M., (2006). *Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo*. 17ª ed. São Paulo: Papirus Editora.
14. BARRETTO, M (1991). *Planejamento e Organização do Turismo*. 4ª ed. Campinas: Papirus.
15. BROADLEY, D. G. (1990): The Herpetofaunas of the Islands Off the Coast of South Mozambique. *Arnoldia Zimbabwe* 9, pp. 539 - 548; e Broadley, D. G. (1992): Reptiles and Amphibians from the Bazaruto Archipelago, Mozambique. *Arnoldia Zimbabwe*, 9 pp. 539 - 548.
16. BUHALIS, D. (2000). 'Marketing the competitive destinations of the future' *Tourism Management*, 21 (1) pp. 97-116.
17. BULLÓN, R. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Bauru, Brasil: EDUSC
18. BUTLER, R. e MAO, B. (1996). *Seasonality in tourism: Problems and measurement*. In P. E. Murphy (Ed.), *Quality Management in Urban Tourism* (9-23). Chichester: John Wiley & Sons.  
<http://www.atsie.com/Portals/4/artigos/A%20sazonalidade%20no%20Turismo.pdf>. Acesso em 10-12-2023.
19. CABRITA, S. (2012). *O Turismo no Território e no Planeamento Territorial. Estudo de Caso: O Concelho de Faro* (Dissertação de Mestrado em Gestão e desenvolvimento de destinos turísticos) Universidade do Algarve, Faculdade de Economia, Algarve, Portugal
20. CANAS, R. *An overview of tourism seasonality: key concepts and policies*. *Alma Tourism: Journal of Tourism*, v.3, n. 5, 2012.  
<http://almatourism.unibo.it/article/view/3120/2519>. Acesso em: 24-10-2023.
21. Lei n° 04/2004, de 17 de Junho - Lei do turismo de Moçambique. 17 de Junho de 2004. Maputo: Assembleia da República de Moçambique
22. Censo Populacional 2015 (Governo da Província de Inhassoro / PNAB).
23. CONNEL, Joanne; PAGE, Stephen; MEYER, Denny. Visitor attractions and events: Responding to seasonality. **Tourism Management**, [s. l.], p. 283 - 298, 2015.
24. DE LAMARTE LEITE, Fabiana Calçada. (2016). *Sazonalidade Turística em Destinos Consolidados: Um Estudo Sobre BalnearioCamboriu – Santa Catarina - Brazil*(Programa de Pós-graduação em Geografia) Universidade Federal do Paraná.
25. DENCKER, Ada F.M. (2002). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. 6ª Edição São Paulo. Futura;

26. DE SOUZA, F.F ; DE OLIVEIRA, R. R. A. L. (2022.), As estratégias de gestão da sazonalidade turística: um estudo de caso do litoral do município de Ipojuca.
27. DÍAZ P., I.; LUÍS, L. D.; MAFAMBISSA, M.; UETIMANE, A. E.; MADEIRA, P. D.; CHAMBAL, E. M.; GUBUDO, F. S.; ZIBANE, J. B. e N. V. F. LIBERATO (2016): **Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB). Plano de Maneio 2016 – 2025 de uma Área de Conservação Marinha, Província de Inhambane, Moçambique.** EIA & Services, Lda. (Projectos, Consultoria e Auditoria Ambiental). Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Ministério da Terra, Ambiente Desenvolvimento Rural (MITADER), 10 de Maio de 2016, Cidade de Maputo, Província de Maputo, Moçambique, 156 p.
28. Dutton, P. e Zolho, R. 1990. A conservation master Plan for sustainable Development of the Bazaruto Arquipelago. Republic of Mozambique.
29. GUERREIRO, B. (2020). *ESTRATÉGIAS COMERCIAIS E MARKETING NA HOTELARIA: ESTUDO DE CASO SHERATON PORTO*
30. GIL, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (5ª Ed.). São Paulo: Atlas.
31. GAVINHO, Elsa Maria da Conceição Correia, projecto ecobike trail na serra da estrela, O turismo alternativo na redução da sazonalidade, Dissertação de mestrado em turismo, 2010.
32. HARRIS, P. J. (1997). A seminar role-play model for hospitality accounting and finance education: development, implementation and evaluation. In *Int. J. Hospitality Management* (Vol. 16, Issue
33. JANG, SooCheong. 2004. Mitigating tourism seasonality – A quantitative approach. *Annals of Tourism Research*, vol. 31, n.º 4: 819-836
34. KASTENHOLZ, E. e ALMEIDA, A (2008). *Seasonality in Rural Tourism – The case of north Portugal*. *Tourism Review*, Vol. 63 Iss: 2: 5-15.
35. KOTLER, P. 1999. **Marketing management: analysis, planning, implementation and control** (9th Ed.). New Jersey: Prentice Hall.
36. KOZAK, Metin, 2002, Comparative analysis of tourist motivations by nationality and destinations, *Tourism Management*, 23, pág. 221–232
37. MAXLHAIEIE, P. J. (2015). *Património e desenvolvimento do turismo: percepções sobre o espaço turístico do Município de Inhambane em Moçambique* (Dissertação de Mestrado em Geociências – Gestão Territorial) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

38. MOTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing Turístico: Promovendo uma Actividade Sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001. 219 p. v. 1.
39. MOUTINHO, Luiz, 1987, Consumer Behaviour in Tourism, European Journal of Marketing, 3-44
40. MUTÔA, Rodolfo Fernando Antero (2018), Avaliação Da Satisfação Dos Turistas Na Cidade De Inhambane: UEM <http://monografias.uem.mz/handle/123456789/1475?mode=full.aceso> em 5-4-2024
41. NHAMBE, Quência Maria , (2019), Estratégias adoptadas pelos empreendimentos turísticos da praia de Tofo para mitigação da sazonalidade, Inhambane: UEM
42. NHANTUMBO, E. S. (2007). *Tendências de desenvolvimento do turismo e alterações na ocupação e utilização do espaço no Município de Inhambane*. Inhambane: UEM.
43. NHANTUMBO, E. S. (2009). *Tourism development and community response: the case of the Inhambane coastal zone, Mozambique*, (Dissertação Mestrado em Geografia e Estudos Ambientais) Universidade de Stellenbosch, África do Sul .
44. Lei nº 04/2004, de 17 de Junho - Lei do turismo de Moçambique. 17 de Junho de 2004. Maputo: Assembleia da República de Moçambique
45. LEE, C, Bergin-Seers, S., Galloway, G., O'Mahony, B. e McMurray, A. (2008). *Seasonality in tourism industry: Impacts and strategies*. Australia: CRC – Sustainable Tourism Pty Ltd
46. LINDON, D., Lendrevie, J., Lévy, J., Dionísio, P. e Rodrigues, J. 2009. **Mercator XXI, teoria e prática do marketing** (12ª ed.). Lisboa: Dom Quixote
47. OLIVEIRA Adriana Paquete e Sousa, (2022), Estratégias para atenuar a sazonalidade: Relatório de estágio no Wyndham Grand Algarve-
48. OMT, Organização Mundial de Turismo (2003). *E-business para turismo/Guia prático para destinos e empresas turísticas*. Porto Alegre: Bookman.
49. Organização Mundial de Turismo [OMT] (1999). *Guía para Administraciones Locales: Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid: Organización Mundial de Turismo.
50. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. *Introdução ao turismo*. Trad. Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2000
51. PIMENTEL, D. (2013). *Marketing e Branding em Hotelaria: Casos práticos nas Pousadas de Portugal*.

52. PIMENTEL, E. (2009). *As Causas da Sazonalidade do Turismo. Emanuelle Pimentel.*
53. PINTO, A. (2018). *Universidade federal de Goiás faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Programa de pós-graduação em Administração Agnelo Pinto Políticas Públicas de Promoção Turística e Desenvolvimento Local e Sustentável: um estudo de caso em Bolama-Bijagós/Guiné-Bissau. Goiânia.*
54. Relatório Anual PNAB, 2019.
55. Relatório Anual PNAB, 2020.
56. Relatório Anual PNAB, 2021.
57. Relatório Anual PNAB, 2022.
58. Relatório Anual PNAB, 2023.
59. RIBEIRO, Joana. L. M. e CASTRO (2013), *Sazonalidade no turismo Novos desafios à sustentabilidade – O caso prático do troiaresort*
60. SILVA, M. 2012. *Os resultados do turismo*, Lisboa: Turismo de Portugal, IP.
61. SCHEUR, L: BAHL, M. Sazonalidade do Turismo no Município de Guaratuba, Parana, Brasil. RA<sup>EGA</sup>, Curitiba, n.23. p289-316, 2011
62. QUIVY, R. e Campenhoudt, L. 1998. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda
63. UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE – ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DE INHAMBANE. *Regulamento de Culminação do Curso*. Inhambane. Outubro de 2016.
64. VIGNATI, F. S. (2008). *Gestão de Destinos Turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países*. Rio de Janeiro.

### Fontes Orais

1. ANTÓNIO. (comunicação pessoal, de 22 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane.
2. ARLINDO, (comunicação pessoal, de 22 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
3. CALISTRO. (comunicação pessoal, de 10 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane.

4. CAMBEU. (comunicação pessoal, de 8 de Outubro de 2023). Chefe do posto de Sitone do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
5. CLEUSIA, (comunicação pessoal, de 24 de Outubro de 2023). Sector comunitário do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
6. GUAMBE. (comunicação pessoal, de 15 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane.
7. GUSTAVO, (comunicação pessoal, de 29 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
8. ISAURA, (comunicação pessoal, de 29 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
9. JUVENCIO, (comunicação pessoal, de 2 de Novembro de 2023). Marinheiro do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
10. MACAHAVA, (comunicação pessoal, de 30 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
11. RACHID, Raimundo. (comunicação pessoal, de 3 de Novembro de 2023). Chefe adjunto do posto de Sitone do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane.
12. REGINA, (comunicação pessoal, de 10 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane
13. SANTOS, (comunicação pessoal, de 24 de Outubro de 2023). Sector comunitário do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane.
14. XADREQUE, (comunicação pessoal, de 15 de Outubro de 2023). Fiscal do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, Inhambane

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

*Guião de entrevista ao DIPICULTURI e PNAB*



UNIVERSIDADE  
EDUARDO  
MONDLANE

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DE INHAMBANE

#### PARTE I- Questionário

1. O Sr. (a) Acha que existe sazonalidade turística no PNAB?
2. Se a resposta foi sim, existem dados ou indicadores que provam a existência da sazonalidade turística? Se sim, quais?
3. Quais são as épocas em que o PNAB tem recebido um fluxo maior de visitantes (meses considerados de alta, media e baixa época/temporada)?
4. Qual e o perfil dos turistas que visitam o PNAB?
5. Quais são as potencialidades turísticas do PNAB?
6. Quais tem sido as motivações dos turistas que visitam essa área de conservação?
7. Em sua opinião, quais seriam as causas que levam à existência da sazonalidade turística no PNAB?
8. Quais os efeitos/consequências que o fenómeno da sazonalidade turística no PNAB?
9. Existem acções levadas a cabo com vista a combater a sazonalidade no PNAB?  
Se sim, quais?

**Fonte:** elaboração própria com inspiração em Andate (2018)

## Grato pela atenção dispensada

### APENDICE B

*Questionario destinado aos estabelecimentos do PNAB*



ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DE INHAMBANE

#### PARTE I- Perfil do Entrevistado

Nome do Estabelecimento:-----

#### PARTE II- Questionário

1. Qual e o perfil dos turistas que visitam o seu estabelecimento?
2. Quais tem sido as motivações dos turistas que visitam essa área de conservação e o seu estabelecimento?
3. Quais são as épocas em que o PNAB tem recebido um fluxo maior de visitantes (meses considerados de alta, media e baixa época/temporada)?
4. Quais são as potencialidades turísticas do PNAB e do seu estabelecimento?
5. O Sr. (a) Acha que existe sazonalidade turística no PNAB e no seu estabelecimento?
6. Se sua resposta foi sim, existem dados ou indicadores que provam a existência da sazonalidade turística? Se sim, quais?
7. Quais são as causas da sazonalidade no PNAB e no seu estabelecimento?
8. Quais são as consequências que a sazonalidade traz para o seu estabelecimento?
9. Que tipos de produtos e serviços turísticos o seu estabelecimento oferece?
10. Em épocas de baixa procura quais são as estratégias usadas para combater a sazonalidade?

11. Que medidas inovadoras pensa em aplicar para que não haja sazonalidade no seu estabelecimento?

**Fonte:** elaboração própria

**Grato pela atenção dispensada**

## APÊNDICE C

*Questionário para a comunidade local*



ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DE INHAMBANE

1. Qual é o nome do bairro em que reside?
2. Qual é o seu grau de escolaridade e dos membros da sua família?
3. Vocês beneficiaram ou beneficiam de formação em matérias ligadas ao turismo?
4. Quais são as vossas ocupações no geral aqui no bairro?
5. Tem conhecimento da existência da actividade turística no PNAB?
6. Se sim em 5, qual é seu relacionamento com os visitantes/turistas que visitam PNAB?
7. Tem alguma relação com o Turismo?
8. Se sim em 7, qual e como participam nas actividades ligadas ao turismo no PNAB?
9. Você e/ou sua família trabalha nos estabelecimentos turísticos do PNAB?
10. Em que meses e épocas do ano são mais solicitados para trabalhar com turismo?
11. Quando não há muita procura por parte dos visitantes/turistas o que tem feito para sobreviver e que tipo de impactos a baixa época traz para você e sua família?
12. Que medidas o estabelecimento em que trabalha tem adoptado para atrair turistas nas épocas de baixa procura?
13. Acha que os responsáveis do PNAB tem desenvolvido estratégias para fazer face as dificuldades que tem enfrentado na época de baixa procura?
14. Na sua opinião que estratégias reduziriam esses problemas de baixa procura?
15. Se tiver algo a acrescentar sobre o assunto, por favor, acrescente neste espaço.

**Fonte:** elaboração Própria, inspirado por Benjamim (2016)

**Obrigado pela atenção dispensada!**